

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PATRÍCIA MONTEIRO DE GOIS

**AS FORMAS ASSUMIDAS PELO TRABALHO: da  
cooperação simples ao toyotismo**

Maceió  
2008.

PATRÍCIA MONTEIRO DE GOIS

**AS FORMAS ASSUMIDAS PELO TRABALHO: da  
cooperação simples ao toyotismo**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação da  
Universidade Federal de  
Alagoas, como requisito parcial  
para obtenção do título de  
Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Maria Augusta Tavares

Maceió  
2008.

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

G616f Gois, Patrícia Monteiro de.  
As formas assumidas pelo trabalho : da cooperação simples ao toyotismo /  
Patrícia Monteiro de Gois. – Maceió, 2008.  
90 f.

Orientadora: Maria Augusta Tavares.  
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas.  
Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2008.

Bibliografia: f. 87-90.

1. Trabalho. 2. Trabalho abstrato. 3. Capitalismo. I. Título.

CDU: 364.144:331.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

---

Membros da comissão julgadora de defesa da dissertação da mestranda Patrícia Monteiro de Gois, intitulada: "As formas assumidas pelo trabalho: da cooperação simples ao toyotismo", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 08 de abril de 2008, às 09:00 horas, na sala de aula do PPGSS/UFAL.

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Maria Augusta Tavares  
Orientadora/PPGSS/UFAL

Prof. Dr. Sergio Afranio Lessa Filho  
PPGSS/UFAL

Profa. Dra. Maria Edna de Lima Bertoldo  
PPGCEDU/UFAL

À memória de Bartolomeu, Querubino, Floraci  
e Monteirinho, meus queridos avós e irmão.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, os nossos agradecimentos.

Aos meus pais José Carlos e Terezinha, a minha avó Maria Júlia e aos meus irmãos Leilane e José Ricardo.

Ao Givanildo, meu companheiro, amigo e esposo, por seu incansável incentivo, dedicação e paciência.

Aos meus amigos Jorge, Sete, Luciene e Jô, pelo carinho e apoio nos momentos difíceis.

À minha orientadora, Maria Augusta Tavares, pelo incentivo, apoio, carinho e contribuições teóricas, responsáveis pelo meu ingresso no universo marxiano.

Ao Hope e ao Duck, pelo carinho e inestimável companhia.

À Universidade Federal de Alagoas, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

À FAPEAL, pela concessão da bolsa de estudo para a realização desta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em especial à Maria Augusta Tavares e Reivan Marinho.

## RESUMO

O trabalho enquanto atividade produtora de valores de uso ocupa um lugar central no pensamento marxiano. Segundo essa corrente filosófica, o trabalho é a categoria ontológico-fundante do mundo dos homens, pois é através do trabalho que se dá a transformação da natureza em valores de uso indispensáveis à reprodução material da sociedade, sendo, portanto, a “condição natural eterna da vida humana”. Contudo, no decurso do processo histórico, a eterna condição da existência humana assume diversas formas. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo verificar, à luz da teoria marxista, o processo de evolução da categoria trabalho, especificamente, na produção capitalista. Para tanto, procura-se compreender como se deu a extração do excedente produtivo, sua evolução e aprimoramento mediante as diversas formas de subsunção do trabalho ao capital – desde as formas iniciais de produção de mercadorias até os sistemas contemporâneos de extração de mais-valia. A partir de então demonstra-se que, malgrado as transformações produtivas em curso, o trabalho é a categoria fundante do ser social. Conclui-se que no capitalismo as formas se modificam, mas o conteúdo permanece o mesmo, ou seja, a produção e a realização de mais-valia.

**Palavras-chave:** Trabalho. Trabalho Abstrato. Capitalismo.

## ABSTRACT

The work while producing activity of values of use occupies a central place in the Marx's thought. According to this philosophical chain, the work is the ontological and that it establishes category of the world of the men, therefore, is through the work that it happens the transformation of the nature in indispensable values to the material reproduction of the society, being, therefore, the "perpetual natural condition of the life human being". However, in the continuation of the historical process, the perpetual condition of the existence human being assumes diverse forms. In this direction, this master's thesis has as objective to verify, in accordance with the marxist theory, the process of evolution of the category work, specifically, in the capitalist production. For in such a way, it is looked to understand how it happens the extration of the productive excess, its evolution and improvement by means of the diverse forms of submission of the work to the capital - since the initial forms of production of merchandises until the systems contemporaries of extration of surplus-value. From now on it is demonstrated that, although the productive transformations in course, the work is the fundante category of the social being. The conclusion is that in the capitalism, the forms changes, but the content remains the same, it wants to say, the production and the accomplishment of surplus-value.

**Key-words:** Work. Abstract work. Capitalism.



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2	A CATEGORIA DO TRABALHO .....	12
2.1	Trabalho: a categoria ontológico-fundante do ser social .....	12
3	O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: DA COOPERAÇÃO SIMPLES À GRANDE INDÚSTRIA .....	30
3.1	O surgimento do trabalho excedente .....	30
3.2	A organização do processo de trabalho: da cooperação simples à grande indústria .....	42
4	AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXTRAÇÃO DE MAIS- VALIA: DO TAYLORISMO/FORDISMO AO TOYOTISMO .....	60
4.1	O fordismo .....	60
4.2	A resposta à crise estrutural do capital: reestruturação do padrão tecnológico de produção .....	71
4.3	O toyotismo .....	72
5	CONCLUSÃO .....	85
	REFERÊNCIAS .....	87

## 1. INTRODUÇÃO

Na matriz teórica marxiana o trabalho – intercâmbio metabólico entre o ser social e o ser natural – constitui a base fundante do mundo dos homens. Pois é por meio dessa objetivação ontológico-primária que os seres humanos, contínua e impreterivelmente, convertem a natureza em valores de uso, sem os quais seria impossível a construção e reprodução da totalidade social, sendo, portanto, independente da formação social assumida.

Em sendo assim, dos primórdios da civilização às formações sociais contemporâneas, o ato de produzir bens materiais (trabalho) se fez necessário. No decurso dos séculos, mais precisamente a partir da cooperação simples, os valores de uso são suplantados pelos valores de troca. Estabelecem-se assim os determinantes à constituição de uma forma de sociabilidade assentada na propriedade privada e nas relações de produção assalariadas e tendo como classes fundamentais a burguesia e proletariado – o capitalismo –, na qual a extração de mais-valia mediante a compra e venda da força de trabalho e a usurpação dos meios de produção pelos capitalistas são as características essenciais<sup>1</sup>.

Em virtude de sua natureza antagônica, à proporção que as relações sociais se complexificam na busca pela obtenção do excedente produtivo, a sociedade regida pelo capital produz “tanto mais desigualdades sociais quanto maior for o seu desenvolvimento” (TONET, 2002, p. 13). No entanto, no período ulterior ao II Pós-Guerra (1945), a sociabilidade do capital testemunha um extraordinário aumento das taxas de produtividade, sem precedentes na história<sup>2</sup>. É, por isso, considerada a fase áurea, ou, como muitos denominam, a *Era de Ouro* do capitalismo<sup>3</sup>. Nesse período, o fordismo, padrão de

---

<sup>1</sup> “Quando chegamos, então, na sociedade capitalista, encontramos as relações de trabalho estruturadas sob a forma de trabalho assalariado, de compra-e-venda da força de trabalho dos trabalhadores pelos capitalistas. É a partir deste ato básico que tem origem um conjunto de categorias, algumas específicas, outras que já existiam antes, mas sofreram uma profunda modificação. Trata-se da mais-valia, do capital, da propriedade privada, do valor-de-troca, do trabalho assalariado, da mercadoria (com seu fetichismo), da divisão do trabalho, das classes sociais burguesas” (TONET, 2002, p. 11).

<sup>2</sup> Convém lembrar que, malgrado apresentar efeitos na dinâmica do capitalismo como um todo, os benefícios sociais e a melhoria da qualidade de vida, provenientes desse expressivo aumento das taxas de produtividade, foram restritos apenas aos países desenvolvidos, em detrimento da precarização da classe trabalhadora das nações da periferia capitalista.

<sup>3</sup> Essa fase é assim denominada, pois, como destaca ALVES, é marcada “pela internacionalização da produção industrial (e de serviços), expansão do comércio internacional

acumulação originado nas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos, na Ford Motor Company, e amplamente desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, foi um dos determinantes à grande expansão do sistema capitalista, principalmente nas décadas de cinquenta e sessenta.

E assim transcorreu a sociabilidade capitalista nos trinta anos após o término da Segunda Guerra Mundial. Todavia, sobretudo a partir da década de 60 do século XX, esse modo de subsumir o trabalho ao capital (regime de acumulação fordista) começa a apresentar sinais de saturação. Instala-se gradativamente mais uma das crises de superprodução inerentes ao próprio funcionamento do capitalismo, passando a evidenciar, desse modo, os sinais de seu esgotamento com o registro de altas taxas de inflação associadas às baixas taxas de crescimento econômico (estagflação).

Na virada da década de setenta para a de oitenta, tendo em vista recuperar o crescimento econômico, inicia-se um amplo processo de reestruturação produtiva (inovações gerenciais e tecnológicas) através da adoção de novas formas de gestão e controle da força de trabalho, apresentando como principal expediente o padrão produtivo toyotista. Tal regime de produção tem como objetivo exigir um novo tipo de trabalhador, ou seja, aquele que se adapte de modo mais eficiente e eficaz a um mercado flexível. E, por outro lado, a organização do processo de trabalho baseada na adesão dos trabalhadores aos princípios de qualidade e produtividade toyotista, dentre os quais, os Círculos de Controle de Qualidade, o *sistema just-in-time* etc.

Em consonância com essas transformações dá-se a consolidação do neoliberalismo em nível mundial, tendo início com os governos *Thatcher* na Inglaterra e *Reagan* nos Estados Unidos, espalhando-se posteriormente aos demais países da Europa e da América Latina. Busca inspiração nas propostas elaboradas pelo grupo de *Mont Pélerin*, o qual advogava o fim do Estado intervencionista, ao passo que este, no prisma neoliberal, é o grande responsável por dirimir as possibilidades de a sociedade prosperar. Nessa linha de pensamento a doutrina neoliberal é categórica ao defender e preconizar a

---

e concentração acentuada do capital, sob a liderança dos EUA no mercado mundial" (1998, p. 113).

desregulamentação da economia, a minimização do Estado e a flexibilização das relações de trabalho, imprescindíveis ao padrão de acumulação toyotista.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as diversas formas históricas de organização do processo de trabalho, da cooperação simples ao toyotismo, no sentido de apreender os mecanismos dos quais o capital se utiliza para extrair a mais-valia.

Partimos da hipótese de que, desde a sua gênese até os dias atuais, o cerne da sociabilidade capitalista é o mesmo – produzir e realizar mais-valia. Para lograr esse fim, o capitalismo se vale de padrões produtivos e formas de gestão e controle do trabalho que se modificam à medida em que esse sistema produtor de mercadorias evolui. Isto é, a cada crise que decorre do processo de acumulação de capitais que, como forma de enfrentamento, busca continuamente estabelecer estratégias de superação, dentre as quais a reestruturação produtiva e as políticas macroeconômicas de inspiração neoliberal são exemplos.

Assim, tendo o pensamento de Karl Marx como orientação fundamental, no primeiro capítulo desta dissertação abordaremos o trabalho enquanto categoria ontológico-fundante do ser social, ou seja, suas determinações universais.

No segundo capítulo, tomando como ponto de partida o advento do excedente econômico, elemento fundamental para o surgimento do antagonismo de classes, faremos algumas considerações acerca da organização do processo de trabalho desde a sociedade primitiva ao regime feudal. Em seguida, realizaremos uma análise das três formas básicas de produção de mercadorias e extração de mais-valia antes do capitalismo atingir sua fase madura: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria.

No terceiro capítulo, empreenderemos uma análise das formas históricas assumidas pela produção capitalista em sua fase madura. Para tanto, procuramos compreender como se dá a extração do excedente produtivo mediante as diversas formas de subsumção do trabalho ao capital na sociedade contemporânea. E, por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

## 2. A CATEGORIA DO TRABALHO

No âmbito do marxismo atribui-se ao trabalho – intercâmbio metabólico entre o ser social e a natureza – o estatuto ontológico de categoria fundante do mundo dos homens. Pois é por meio dessa objetivação ontológico-primária que os seres humanos contínua e impreterivelmente convertem a matéria natural em valores de uso, sem os quais seria impossível a construção e a reprodução da totalidade social.

Posto isso, é a partir dessa assertiva ontológica da inexorável interação e dependência orgânica do homem com a natureza que, neste capítulo, sob a ótica da teoria marxiana, voltaremos nossa atenção para analisar por que o trabalho (vale lembrar, o trabalho enquanto produtor de valores de uso<sup>4</sup>) é a categoria ontológico-fundante do mundo dos homens<sup>5</sup>. Esse será o nosso objetivo. Destacamos que na elaboração deste capítulo tomaremos como base as formulações desenvolvidas por Karl Marx, Friedrich Engels e Georg Lukács<sup>6</sup>.

### 2.1 Trabalho: a categoria ontológico-fundante do ser social

O trabalho enquanto atividade humana teleologicamente orientada, responsável pela conversão da natureza em valores de uso que atendam às necessidades de produção e perpetuação da existência do ser social, se faz presente no mundo dos homens desde os primórdios da história. Nesse sentido:

---

<sup>4</sup> “[...] o valor de uso nada mais designa do que um produto do trabalho que o homem pode usar apropriadamente para a reprodução da sua própria existência” (LUKÁCS, 1981, p. 3).

<sup>5</sup> Neste capítulo, dada a amplitude e complexidade da categoria do trabalho, advertimos que abordaremos seus elementos fundamentais apenas de modo indicativo.

<sup>6</sup> Dada a complexidade da obra lukacsiana e os objetivos de nossa dissertação, limitamo-nos a estudar o item 1. *O trabalho como posição teleológica* do capítulo I, v. II da Segunda Parte da *Ontologia do ser social*, dedicado ao trabalho. Como não há tradução para o português dessa obra do filósofo húngaro, destacamos que as citações extraídas da *Ontologia* são referentes à tradução não publicada desse capítulo, por Ivo Tonet, da edição italiana *Per una Ontologia dell'Essere sociale* (ed. Riuniti, Roma, 1981). Portanto, as páginas mencionadas referem-se a essa tradução.

O processo de trabalho, [...] em seus elementos simples e abstratos é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais (MARX, 1983, p. 153).

Conforme detalharemos adiante, foi através do ato primordial do trabalho (ou, nas palavras de Lukács (1981), *da posição teleológica primária*) – interação orgânica entre o homem e a natureza – que em grupos de primatas ocorreu a transição ontológica do ser natural ao ser social. No entanto, para que o ser biológico se tornasse homem através do trabalho foi necessário um salto ontológico do ser inorgânico ao orgânico, e deste ao ser social.

Conforme Netto assevera, essa transição

[...] configurou uma espécie de salto qualitativo na dinâmica da matéria inorgânica (até então, a única forma de existência da natureza), uma vez que a passagem do inorgânico ao orgânico fez aparecer na natureza um tipo de ser com uma estrutura de complexidade diferente e maior, cujas características não podem ser deduzidas das características da matéria inorgânica (2007, p. 35).

Logo, segundo Lukács:

[...] todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem desenvolver-se a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser (1981, p.4).

Assim como a partir da esfera inorgânica teve origem o mundo orgânico, sobre a base deste realizou-se outro salto ontológico-qualitativo que teve o trabalho como o elemento mediador e o momento predominante desse processo.

Nesse sentido, ainda segundo Lukács:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.] como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (1981, p. 2).

Logo, é a partir do trabalho que tem origem a esfera do ser social, cuja função especifica-se pela constante produção do novo mediante a transformação consciente da realidade objetiva. Fazendo referência a esse processo, transcrito em milhares de anos, Netto; Braz afirmam:

As formas elementares desse novo ser vivo, capazes de se manter e reproduzir apenas no quadro de mútuas interações e de interações com a natureza inorgânica, também mediante processos evolutivos complicados e muitíssimo largos em termos temporais, diferenciaram-se enormemente e se desenvolveram a ponto de constituir organismos animais bastante complexos, verdadeiramente superiores na escala natural – os mamíferos primatas. As indicações científicas disponíveis mais seguras permitem afirmar que foi dos *primatas*, através de outro salto qualitativo, sobre o qual carecemos de conhecimentos detalhados (embora existam várias hipóteses), que surgiu a espécie humana (2007, p. 36).

Em resumo, para Lukács (1978), três são as esferas ontológicas que se põem de modo intrinsecamente relacionado e ao mesmo tempo distinto no âmbito da realidade objetiva. Em outras palavras, a natureza é composta pela reunião de esferas ontológicas que estão divididas em dois grupos, a saber: a esfera inorgânica, caracterizada pela inexistência de vida e cuja função reside no tornar-se outro do mesmo, isto é, os seres pertencentes a essa esfera não possuem a capacidade de se reproduzir, pois, em seu processo evolutivo, apenas se transformam em outro elemento inorgânico (a rocha se transforma em pedra, esta em areia e assim por diante).

A outra esfera ontológica é composta pelos seres orgânicos que, ao contrário dos elementos inorgânicos, caracterizam-se pela existência da vida e sua função consiste na reprodução do mesmo (a exemplo, o ciclo reprodutivo das plantas). A partir de uma base natural (composta por elementos inorgânicos e orgânicos) tem origem outra esfera ontologicamente distinta

daquela que a originou, a do ser social. Um ser que responde à realidade objetiva de modo ativo, “com a modificação consciente do ambiente” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

Vale destacar que, malgrado a distinção ontológica entre tais esferas, isso não significa deduzir a existência de uma natureza fragmentada, mas sim a existência de uma realidade objetiva na qual as três esferas ontológicas (o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social) se põem formando um conjunto dialeticamente articulado e dinâmico, já que “um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último só pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (Idem).

Embora, segundo a acepção marxiana, exista uma ineliminável dependência do homem para com a natureza, que fique bem claro, o contrário não se aplica, pois a natureza independe da presença do ser social para existir.

Posto isso, detenhamo-nos no trabalho.

O processo de humanização do homem, isto é, a transição ontológica do ser meramente biológico ao ser social, só foi possível graças ao trabalho.

Segundo Lukács (1981), Engels foi o responsável por atribuir ao trabalho uma posição central no curso da humanização do homem. Em seu texto intitulado *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, Engels faz a seguinte constatação acerca do trabalho como ato decisivo no processo de tornar-se homem do ser social:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (s/d, p. 269).

Nessa linha de pensamento, Engels “investiga as premissas biológicas do novo papel que o trabalho adquire com o salto do animal ao homem e as encontra na função diferente que a mão já exerce na vida do macaco” (LUKÁCS, 1981, p. 3).



Embora certos macacos utilizassem as mãos para desempenhar as mais variadas funções, tais como a construção de abrigos, ou apenas para se defender de outros animais, observa-se o

[...] quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos (ENGELS, s/d, p. 270).

Nesse sentido, estabelecendo uma comparação entre a mão simiesca e a mão do homem, o autor prossegue:

O número e a disposição geral dos ossos e dos músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco. Nenhuma mão simiesca construiu jamais um machado de pedra, por mais tosco que fosse (ENGELS, s/d, p. 270).

Em vista disso, conclui que:

[...] a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pode dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini (ENGELS, s/d, p. 270).

Este aspecto apresentado por Engels é da máxima importância. Antes do surgimento do gênero humano, os primatas viviam em grupos. Àquele período o atendimento das necessidades materiais básicas de sobrevivência consistia apenas na coleta imediata de alimentos<sup>7</sup>. Quando determinada região

---

<sup>7</sup> “Até o surgimento do *Homo*, todos os macacos bípedes tinham cérebros pequenos, dentes molares grandes, maxilares protuberantes e aderiam a uma estratégia de subsistência semelhante à dos macacos. Eles comiam principalmente alimentos fornecidos por vegetais, e seu meio social provavelmente assemelhava-se ao dos babuínos das savanas. Estas espécies – as australopithecíneas – eram semelhantes aos humanos apenas no modo de caminhar e

não mais fornecia os alimentos, os primatas rumavam para “novas zonas de alimentação; mas era incapaz de extrair dessas zonas mais do que aquilo que a natureza generosamente lhe oferecia” (ENGELS, s/d, p. 273).

Entretanto, em decorrência da “devastação” das regiões férteis pelos primatas e outros animais, nossos antepassados sentiram a *necessidade*<sup>8</sup> de se alimentar, de obter outras fontes de alimentação que não aquelas que lhes eram oferecidas de imediato pela natureza (frutas e vegetais). Essa situação só começa a ser invertida, segundo as reflexões de Engels,

[...] com o desenvolvimento da mão<sup>9</sup>, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente novas propriedades até então desconhecidas (s/d, p. 271).

Eis um fato determinante ao surgimento do trabalho. É justamente a partir da *resposta*<sup>10</sup> a essa necessidade, isto é, da manutenção da vida através da confecção dos primeiros instrumentos de caça e pesca<sup>11</sup> (meios de trabalho)

---

nada mais. Em alguma época anterior aos 2,5 milhões de anos atrás – não podemos dizer exatamente quando – as primeiras espécies humanas dotadas de cérebros grandes evoluíram. Os dentes também mudaram – provavelmente uma mudança produzida pela passagem de uma dieta constituída exclusivamente de alimentos fornecidos pelos vegetais para uma dieta que incluía carne” (LEAKEY, 1995, p. 51).

<sup>8</sup> Segundo Lukács, “a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estádios são produtos da autoatividade do homem” (1981, p. 2).

<sup>9</sup> Assim, Engels chama a atenção para o fato de que, cada vez mais, pelo ato do trabalho, o homem se afasta de sua condição de ser puramente biológico e torna-se cada vez mais social no seu processo de reprodução; é o que Marx define como o “recoo das barreiras naturais”. Mas que fique bem claro: “Quando Marx se refere a um constante ‘recoo dos limites naturais’, pretende indicar, por um lado, que a vida humana (e portanto social) jamais pode desvincular-se inteiramente da sua base em processos naturais; e, por outro, que – tanto no plano quantitativo quanto no qualitativo – diminui constantemente o papel do elemento natural, quer na produção quer nos produtos; ou, em outras palavras, todos os momentos decisivos da reprodução humana (basta pensar em aspectos naturais como a nutrição ou a sexualidade) acolhem em si, com intensidade cada vez maior, momentos sociais, pelos quais são constantemente e essencialmente transformados”. (LUKÁCS, 1978, p. 12). Portanto, por mais complexa e desenvolvida que sejam as relações sociais, o ser social jamais poderá prescindir de sua interação orgânica com a natureza.

<sup>10</sup> De acordo com Lukács, o ser social pode ser particularizado como um ente que dá respostas.

<sup>11</sup> “Quando nossos ancestrais descobriram o truque de produzir consistentemente lascas de pedras afiadas, isto constituiu um grande avanço na pré-história humana. Subitamente os humanos tiveram acesso a alimentos que lhes eram previamente negados” (LEAKEY, 1995, p. 48).

<sup>12</sup>, já que todo ato de trabalho exige a presença de um instrumento que permita a mediação entre o sujeito que trabalha e o *objeto de trabalho*<sup>13</sup> (formas naturais que, pelo ato do trabalho, são transformadas segundo uma vontade teleologicamente orientada do sujeito que trabalha, em valores de uso que garantam a reprodução material de sua existência) que, segundo a perspectiva marxiana, surge o trabalho:

Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. Todavia, o núcleo da questão se perderia caso se tomasse aqui como pressuposto uma relação imediata. Ao contrário, o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais modificações, freqüentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico. Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação. O que não desmente o fato de que tal satisfação só possa ter lugar com a ajuda de uma cadeia de mediações, as quais transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas

---

<sup>12</sup> Segundo Marx: “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo” (1983, p. 150). O trabalho só começa, de fato, como a confecção dos primeiros instrumentos. Ressalte-se que, até o momento da elaboração dos primeiros instrumentos de caça e pesca, os primatas eram totalmente subordinados às leis da natureza. Assim, “O uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe de certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano, e Franklin define, por isso, o homem como o *toolmaking animal*, um animal que faz ferramentas” (MARX, 1983, p. 150-151).

<sup>13</sup> “A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate da floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho” (MARX, 1983, p. 150).

relações recíprocas etc.; e isso porque elas tornam praticamente eficientes forças, relações, qualidades etc., da natureza que, de outro modo, não poderiam exercer essa ação, ao mesmo tempo em que o homem – liderando e dominando essas forças – põe em ser um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis mais altos (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Em sendo assim, o trabalho é sempre uma resposta a uma dada necessidade. Antes de prosseguirmos, convém uma observação.

O conhecimento acerca das fases mais primitivas da pré-história humana, isto é, a gênese do homem, ainda é muito fragmentado. “Dentes e ossos isolados, fragmentos de crânios, geralmente são estas as pistas a partir das quais a história da pré-história humana deve ser reconstruída” (LEAKEY, 1995, p. 9). Porém, os mais diversos indícios, sejam eles antropológicos, arqueológicos, históricos ou apoiados na bioquímica, convergem para a mesma direção: os homens surgiram na África, há cerca de sete milhões de anos, com a evolução da espécie de primata *Ramapithecus*, a partir da qual se originou o *Australopithecus*, que resultou no *Homo habilis*<sup>14</sup> (a ampliada capacidade do crânio e o tamanho reduzido dos dentes pré-molares e molares levam a crer que esta espécie de hominídeo foi a primeira que deu origem aos homens).

Decerto, o consenso acerca dessa periodização do processo evolutivo que culminou com a transformação do primata em humano, ou melhor, o momento de evolução da primeira espécie humana é muito controverso e permeado por intensos debates no interior da comunidade científica. De um lado, Elwyn Simons, em 1961, baseando-se apenas em partes de um maxilar superior de uma criatura denominada *Ramapithecus*, afirmou ser esta a primeira espécie de hominídeo. E, juntamente com o antropólogo David Pilbeam, levando em consideração apenas as características anatômicas da forma dos dentes, afirmou que a referida espécie tinha uma postura ereta, caçava e “viviam em um ambiente social complexo” (LEAKEY, 1995, p. 20). Assim, “Simons e Pilbeam concluíam portanto que os primeiros humanos apareceram há pelo menos 15 milhões de anos, e possivelmente há 30 milhões de anos [...]” (Idem).

---

<sup>14</sup> *Homo habilis* – significa homem habilidoso e “refere-se à suposição de que a espécie era de fabricantes de artefatos” (LEAKEY, 1995, p. 38).

Por outro lado, os bioquímicos Allan Wilson e Vincent Sarich, no final da década de 60, apresentaram uma conclusão diferente sobre a evolução da primeira espécie humana:

Em vez de trabalhar com fósseis, eles compararam a estrutura de certas proteínas sanguíneas de seres humanos vivos e dos macacos africanos. Seu objetivo era determinar o grau de diferença estrutural entre as proteínas humanas e as dos macacos – uma diferença que deveria aumentar, em consequência das mutações, com uma taxa calculável em relação ao tempo. Quanto mais tempo os humanos e os macacos tivessem se apresentado como espécies diferentes, maior o número de mutações que teriam sido acumuladas. Wilson e Sarich calcularam a taxa de mutações e foram portanto capazes de utilizar seus dados sobre as proteínas do sangue como um relógio molecular. De acordo com o relógio, a primeira espécie humana evoluiu há apenas uns 5 milhões de anos. [...] Os dados de Wilson e Sarich também indicaram que [...] algum tipo de evento evolutivo há 5 milhões de anos provocou a ramificação de um ancestral comum em três direções simultaneamente – uma ramificação que conduziu à evolução não somente dos humanos modernos mas também dos chimpanzés e gorilas modernos (LEAKEY, 1995, p. 20 – 21).

Esse debate entre os bioquímicos e a comunidade de antropólogos perdurou por mais de um decênio. Mas a descoberta de espécimes mais completos juntamente com a apresentação de novos indícios moleculares “revelaram que as supostas características humanóides eram superficiais” (Idem). Isso se vem a confirmar a tese de Allan Wilson e Vincent Sarich: “a primeira espécie de macaco bípede, o membro fundador da família humana, evoluíra em épocas relativamente recentes e não em um passado muito distante<sup>15</sup>” (Idem, p. 22).

Voltemos à nossa argumentação.

---

<sup>15</sup> “Embora em sua publicação original Wilson e Sarich tenham proposto uma data há 5 milhões de anos para este evento, hoje indícios moleculares consensuais fizeram-na retroceder para quase 7 milhões de anos. Entretanto, não tem havido recuos com relação à intimidade biológica proposta entre os humanos e os macacos africanos. Ao contrário, esta relação pode ser muito mais íntima do que tem sido suposta. Embora alguns geneticistas acreditem que os dados moleculares ainda impliquem uma ramificação igual e tríplice entre humanos, chimpanzés e gorilas, outros vêem isto de modo diferente. Do seu ponto de vista, humanos e chimpanzés são os parentes mais próximos uns dos outros, com os gorilas situados a uma distância evolutiva maior” (LEAKEY, 1995, p. 22).

Como indicamos até o momento, o trabalho foi o ato determinante no processo de transição ontológica do macaco ao ser social. Mas, afinal, o que é o trabalho e por que, na acepção marxiana, é considerado como a categoria fundante, ou, nas palavras de Lukács, a *protoforma* do ser social, enfim, uma atividade exclusiva da esfera social.

É importante sublinhar que

[...] ser fundante não significa ser cronologicamente anterior, mas sim portador das determinações essenciais do ser social, das determinações ontológicas que consubstanciam o salto da humanidade para fora da natureza (LESSA, 2002, p. 37).

Portanto, o caráter fundante do trabalho, de *posição teleológica primária* responsável pela conversão da natureza em valores de uso, de modo algum suprime ou reduz a importância daquelas atividades que não estejam diretamente relacionadas à transformação da natureza (as assim chamadas *posições teleológicas secundárias*, inscritas no âmbito da relação entre sujeitos).

Logo, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens porque cabe a ele o momento predominante no qual se efetiva o salto ontológico que transforma um ente meramente orgânico em ser social. Mas isso não significa que a práxis humana se limite ao trabalho. O próprio processo de complexificação e de intensificação das relações sociais passa a exigir outras atividades que não aquelas inscritas no âmbito da relação homem (sociedade)/natureza.

Mas voltemos a nossa indagação: o que é o trabalho? Para tanto, comecemos a elucidação deste questionamento pela clássica definição de Marx acerca da categoria do trabalho, no capítulo V de *O Capital*:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao enfraquecê-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele

desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho (MARX, 1983, p. 149).

Conforme afirmamos anteriormente, há uma relação dialética entre a natureza e o ser social, lembrando que o mundo natural não necessita da existência do homem para poder existir. A espécie humana, ao contrário, tem sua existência e reprodução material condicionadas a uma ininterrupta interação orgânica entre o homem e o meio ambiente, pois, embora haja uma diferenciação ontológica entre o ser social e a base de sua gênese, o homem continua a ser um ente natural. Dito de outra forma, para que os indivíduos tenham suas necessidades humanas atendidas, faz-se necessário converter as formas naturais em valores de uso que satisfaçam essas necessidades, sob pena de a espécie humana ser extinta da face terrestre.

A esse intercâmbio metabólico entre homem e natureza, Marx, e logo após Lukács, denominou trabalho, atividade exclusiva do gênero humano. É através desse ato primário que os homens, coletivamente<sup>16</sup>, transformam a realidade concreta através da produção da riqueza material da sociedade. Logo, convém ressaltar que:

Outras espécies animais também transformam a realidade concreta, tendo em vista o atendimento de suas necessidades de sobrevivência. Em sendo assim, o que diferencia as atividades dos homens das atividades dos animais? Ou melhor, por que o trabalho, à luz da perspectiva marxista, é uma atividade exclusiva da práxis humana?

Decerto, tanto os homens quanto os animais modificam as formas naturais em função da satisfação material de suas necessidades, entretanto a

---

<sup>16</sup> “[...] o trabalho jamais é um processo capaz de surgir, de se desenvolver como atividade isolada de um outro membro da espécie humana. **O trabalho é, sempre atividade coletiva:** seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto [...] de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. – e tudo isso, além de somente ser possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada, não está regido ou determinado por regularidades biológicas; conseqüentemente, o caráter coletivo do trabalho não se deve a um gregarismo que tenha raízes naturais, mas, antes, expressa um tipo específico de vinculação entre membros de uma espécie que já não obedece aos puros determinismos orgânico-naturais. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é substantivamente, aquilo que se denominará de social” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 33-34).

maneira pela qual cada um atende a suas necessidades ocorre de modo distinto.

Os animais, por um lado, transformam a natureza, mas essa transformação nada mais é do que uma reação, uma forma de adaptação passiva ao ambiente que os circunda. Lukács, fazendo referência a esse aspecto, afirma que

[...] as assim chamadas sociedades animais (e também, de modo geral, a «divisão do trabalho » no reino animal) são diferenciações fixadas biologicamente, como se pode ver com toda a clareza no 'Estado das abelhas'. Isso mostra que, qualquer que seja a origem dessa organização, ela não tem em si e por si nenhuma possibilidade imanente de um desenvolvimento ulterior; nada mais é que um modo particular de uma espécie animal de adaptar-se ao próprio ambiente (1981, p. 4).

Esse processo, portanto, limita-se a uma atuação direta e imediata sobre a natureza. Ademais, a relação estabelecida entre os animais e o seu meio ambiente – a garantia de sua sobrevivência – ocorre

[...] no interior de circuitos estritamente naturais: realizam-se no marco de uma herança determinada geneticamente [...] e satisfazem, sob formas em geral fixas, necessidades biologicamente estabelecidas (necessidades praticamente invariáveis) (NETTO; BRAZ, 2007, p. 30).

Sua atuação sobre a natureza externa restringe-se apenas a sua reprodução biológica.

Nesse sentido, como destaca Engels, “[...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela” (s/d, p. 277). Por outro lado, segundo Lukács, a ação do homem sobre a natureza, mediada pelo trabalho, ultrapassa os limites de sua reprodução material. Afirma o autor:

A essência do trabalho consiste em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. *O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual,*



precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica (1978, p. 4). (grifos nossos)

Esse caráter da transformação consciente do mundo objetivo (trabalho), como ato exclusivo da espécie humana, está bem explicitado na célebre passagem de *O Capital*, na qual Marx acentua a distinção entre a atividade laborativa dos animais e a práxis humana. Para tanto, atribui à ação desempenhada pela consciência o ponto de diferença fundamental entre ambos. Diz ele:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham é exigida a vontade orientada a um fim [...] (MARX, 1983, p. 149-150).

Analisemos essa citação. De acordo com as formulações de Karl Marx, e seguido por Lukács, o trabalho é uma ação específica do gênero humano. Conforme indicamos anteriormente, o homem é um ente natural. Logo, enquanto ser vivo, precisa, ininterruptamente, estabelecer um intercâmbio metabólico com o seu meio ambiente transformando as formas naturais, através do trabalho, em valores de uso que atendam às suas necessidades. Já que o homem não encontra de imediato, no mundo objetivo, os valores de uso que satisfaçam as suas necessidades.

Ao contrário dos animais, o ser social projeta em sua consciência o resultado do fim que pretende atingir antes de efetivá-lo na prática. A esse ato de antever idealmente o resultado de determinada atividade, Lukács denominou teleologia.

Contudo, é válido ressaltar que apesar de essa intencionalidade prévia ser abstrata,

[...] isso não significa que não tenha existência real, material, isto é, que não exerça força material na determinação dos atos sociais. [...] O fato de ser abstrata, portanto, não impede a prévia-ideação de exercer um papel fundamental na determinação material da práxis social. Pelo contrário, justamente por ser abstrata é que a prévia-ideação pode cumprir uma função tão importante na vida dos homens. Só enquanto abstratividade pode ela constituir o momento em que os homens confrontam passado, presente e futuro e projetam, idealmente, os resultados de sua práxis (LESSA, 2007, p. 37).

Antes de transformar a natureza, ou seja, responder a uma dada necessidade em um momento específico do processo social, saciar a fome, por exemplo, o sujeito antecipa em sua consciência não apenas o resultado final de sua ação, mas todo o processo.

Isto é, a modificação do mundo objetivo pelo ser social é teleologicamente posta, teleologicamente orientada, guiada por uma finalidade colocada pela consciência do ser social. No plano da subjetividade o sujeito elabora antecipadamente o resultado de seus atos, ou seja, o homem avalia as inúmeras alternativas possíveis para o atendimento de suas necessidades e escolhe a que acredita ser a mais adequada àquela finalidade que pretende atingir. Assim,

[...] a práxis é sempre uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras (LUKÁCS, 1978, p. 6).

É justamente essa projeção na consciência (teleologia) do resultado final de determinada ação que caracteriza o trabalho como um ato exclusivo do gênero humano. Na esteira da teoria marxiana, o homem é único ente portador de uma consciência que põe finalidades, as quais conduzirão todos os seus atos. Portanto, é apenas através do trabalho que “realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade” (LUKÁCS, 1981, p. 4).

Nesse preciso sentido, podemos afirmar que o ser social (coletivamente), ao contrário de outras espécies animais, é responsável pela construção de sua história, pois é o único ser capaz de modificar conscientemente o seu meio ambiente, segundo suas necessidades.

Contudo, a prévia-ideação só pode ser considerada como tal se for objetivada. “Ou seja, se for realizada na prática. Se aquilo que foi previamente ideado for concretizado” (LESSA, 2007, p. 38). Ou, nas palavras de Lukács, “ela só pode adquirir realidade quando for posta” (1981, p. 7).

Disso podemos constatar que a natureza (causalidade dada) não produz os meios adequados (valores de uso) à produção e reprodução material da espécie humana. Para tanto, é necessário que o homem, através de sua ação teleologicamente orientada, transforme<sup>17</sup> a *causalidade dada* em *causalidade posta*, ou seja, a natureza modificada pela ação consciente dos homens:

A casa tem um ser material tanto quanto a pedra, a madeira, etc. No entanto, a posição teleológica faz surgir uma objetividade inteiramente diferente com relação aos elementos primitivos. Nenhum desenvolvimento imanente das propriedades, das legalidades e das forças operantes no mero ser-em-si da pedra ou da madeira pode fazer «derivar» uma casa. Para que isto aconteça é necessário o poder do pensamento e da vontade humanos que organize tais propriedades de uma forma inteiramente nova em seus fundamentos (LUKÁCS, 1981, p. 8).

Esse processo da conversão de uma intencionalidade prévia em um objeto concreto, antes inexistentes denomina-se objetivação (*Vergegenständlichung*). Ao objetivar, o sujeito torna concreto um objeto previamente idealizado; assim, a objetivação atua como um elemento mediador que articula a teleologia e a causalidade.

Portanto, ao tornar concreta uma prévia-ideação, obtêm-se alterações tanto no plano da objetividade quanto na esfera da subjetividade, quais sejam: por um lado, o trabalho converte a causalidade dada em causalidade posta, mediante a criação de um ente novo, um objeto concreto que, uma vez inserido na sociedade, passa a influenciar e a receber influência dessa mesma

---

<sup>17</sup> Antes de qualquer coisa, a ação consciente sobre a natureza exige do sujeito um mínimo de conhecimento sobre o setor da realidade que ele pretende modificar.

sociedade. E, por outro lado, a subjetividade do ser social também é transformada, pois, ao realizar o ato do trabalho, o homem adquire novos conhecimentos e habilidades. Por essa razão, como a história humana tem seu fundamento no trabalho, a esfera do ser social é caracterizada pela infundável produção do novo. Tratem os desses dois aspectos com mais detalhes, a seguir.

A partir do momento em que um objeto é criado (objetivado), ele adquire uma dimensão social, ou seja, adquire “vida própria”. Isso significa dizer que, apesar de todo o processo de sua construção ser antecipado na consciência, nada garante que o resultado alcançado seja exatamente aquele imaginado. Devido a sua dimensão social esse objeto exerce influência não apenas em quem o criou (como salientamos, o trabalho só pode existir no interior de relações sociais), mas em toda a humanidade, assim como também passa a receber influência desta.

Nesse sentido, como destaca Lessa,

[...] ao se transformar em uma particularidade partícipe de uma totalidade já existente, a história desse ente adquire uma indelével dimensão genérica: sua história absorve determinações da totalidade do existente e, por sua vez, retroage sobre o desenvolvimento da totalidade do real enquanto um seu ente particular. Desse modo, todo processo de objetivação necessariamente resulta em um processo objetivo de generalização<sup>18</sup> dos resultados alcançados, de tal modo que, a cada nova objetivação, a totalidade do ambiente no qual está inserido o indivíduo também se altera (1996, p. 14).

Para fins ilustrativos desse processo, tomemos como exemplo a invenção do avião. Digamos que ao idealizar o avião o seu inventor tinha por finalidade reduzir o tempo de viagem. Mas, como todo o produto de uma objetivação é histórico e social, a partir do momento em que o produto ideado é objetivado, não mais pertence a quem o idealizou. Assim, em nosso exemplo, o avião foi um produto que serviu não apenas para seu criador, mas passou a

---

<sup>18</sup> Nunca é demais lembrar que o trabalho é sempre uma atividade coletiva, possível apenas no interior das relações sociais. É inerente ao trabalho, portanto, a tendência à generalização. O ato singular do sujeito se reflete não apenas em sua vida, mas na sociedade na qual está inserido.

fazer parte da história da humanidade. Acrescenta-se a isso o fato de que o avião passou a ser utilizado com outras finalidades distintas das de seu criador, por exemplo, como uma arma de guerra.

Além disso, quando o homem estabelece uma relação orgânica com a matéria natural, modificando-a com a constante realização de objetivações, ele não transforma apenas o real, ele transforma a si mesmo. Ao atender e satisfazer a suas necessidades, o indivíduo cria novas necessidades que, uma vez atendidas, gerarão novas possibilidades e necessidades, etc. Por sua vez, sempre, a cada objetivação, novas habilidades e conhecimentos são adquiridos. Assim, ao modificar o mundo objetivo segundo suas finalidades, o ser social sempre produz o novo, tornando, desse modo, a sociedade cada vez mais desenvolvida, cada vez mais social.

Enfim, a história humana resulta dessa relação dialética entre teleologia e causalidade, tendo na objetivação a síntese desse processo. Contudo, por mais que o mundo material sofra as determinações do ser social, isto é, por mais que a transformação da natureza esteja submetida a processos cada vez mais sofisticados, jamais, no universo marxiano, haverá uma identidade entre sujeito e objeto, mesmo que os objetos inseridos na sociedade resultem de finalidades postas pela consciência<sup>19</sup>. Ou seja:

Isto significa que esta atividade natural se transforma numa atividade posta, sem que mudem, em termos ontológico-naturais, os seus fundamentos. Deste modo, Hegel descreveu um aspecto ontologicamente determinante do papel que a causalidade tem no processo de trabalho: algo inteiramente novo surge dos objetos, das forças da natureza, sem que haja nenhuma transformação interna; o homem que trabalha pode inserir as propriedades deles, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos. Considerando, porém, que isto só pode acontecer no interior do caráter ontológico insuprimível das leis da natureza, a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas -- em sentido ontológico -- tornam-se postas; o seu caráter de ser-postas é a mediação da sua subordinação à determinante posição teleológica, mediante a qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento, posto, de causalidade e teleologia, se tem um objeto, um processo, etc. unitariamente homogêneo (LUKÁCS, 1981, p. 9).

---

<sup>19</sup> Ao contrário de Aristóteles e Hegel, que conferiram à teleologia o caráter de categoria universal.

Portanto, para que não reste nenhuma dúvida:

[...] enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, ao contrário, por sua própria natureza, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim. Por, neste caso, não significa simplesmente assumir conscientemente, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de por, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o por tem, neste caso, um ineliminável caráter ontológico. Em conseqüência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente em que estas têm um fim, estão voltadas para um objetivo, mas também que a sua existência e o seu movimento no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente (LUKÁCS, 1981, p. 5).

Em suma, é através do e pelo trabalho que se efetiva a conversão da matéria natural em bens, gerados em resposta as suas necessidades, que o homem produz o “conteúdo material da riqueza”. E, ao transformar a natureza, o homem transforma a si próprio, pois novas possibilidades, necessidades e conhecimentos são gerados. Portanto, a reprodução dos homens pelo trabalho é sempre a produção do novo. Por isso o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, pois, independentemente do conjunto de relações sociais em determinado momento histórico, o homem terá de transformar a natureza para que o gênero humano possa continuar a existir. Ou seja, sem a produção da base material seria impossível a reprodução do mundo dos homens.

### **3. O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: DA COOPERAÇÃO SIMPLES À GRANDE INDÚSTRIA**

No capítulo anterior argumentamos que o trabalho – atividade teleologicamente orientada que estabelece a mediação entre o homem e a natureza – é a categoria ontológico-fundante do ser social. Pois é por meio dessa atividade exclusivamente humana (apenas o gênero humano é portador de uma consciência que guia seus atos) que os homens convertem a natureza em valores de uso que garantem a produção e a reprodução material da espécie. Em outras palavras, foi através do trabalho que se efetivou a transição ontológica de um ente meramente biológico (os primatas) ao ser social. Nesse sentido, portanto, a constante transformação da natureza é condição indispensável à existência humana, “independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais”.

Contudo, o trabalho enquanto “condição natural eterna da vida humana”, como diz Marx, assumiu diversas formas no decurso do processo histórico<sup>20</sup>. Em sendo assim, neste capítulo dedicaremos nossa atenção a abordar o processo evolutivo do trabalho<sup>21</sup> (ou seja, o modo como os homens se organizam para produzir a base material da sociedade), mais especificamente, o trabalho na sociabilidade capitalista – da cooperação simples à grande indústria.

Portanto, nosso objetivo neste capítulo consiste em analisar como o trabalho enquanto produtor de valores de uso se transmuta em trabalho abstrato.

#### **3.1 O surgimento do trabalho excedente**

De acordo com os indícios científicos baseados na arqueologia, na história e na antropologia, o surgimento dos primeiros grupos humanos ocorreu há aproximadamente quarenta mil anos.

---

<sup>20</sup> A efetivação do trabalho sempre ocorre no interior de uma sociedade historicamente determinada.

<sup>21</sup> Como o nosso objetivo é analisar as formas assumidas pelo trabalho no modo de produção capitalista, apenas esboçaremos as características fundamentais dos modos de produção escravista e feudal.

Atribui-se a denominação de comunidade primitiva a essa forma de organização social dos primeiros grupos humanos. Tal regime é caracterizado pela coleta imediata (o que a natureza de imediato lhe fornece) de alimentos (frutas e vegetais) pela caça e pesca de pequenos animais e pela fabricação de instrumentos rudimentares.

Nesse estágio de desenvolvimento da sociedade os homens eram quase que completamente submetidos às forças da natureza, fato este que impossibilitava a permanência prolongada dos grupos em uma dada localidade, pois estes se deslocavam de uma região a outra em busca de novas fontes de alimentação e por melhores condições de sobrevivência. Nesse sentido, o período que demarca a comunidade primitiva apresenta como característica a carência. Tudo o que era produzido não possibilitava o suprimento adequado das necessidades essenciais da comunidade, sendo, portanto, comum a subnutrição e a baixa expectativa de vida.

As forças produtivas<sup>22</sup> ainda se encontravam em um estágio incipiente de desenvolvimento. Todos os bens produzidos eram voltados para o atendimento imediato das necessidades da comunidade:

As atividades de seus membros eram comuns (a coleta, a caça, a pesca), seus resultados eram partilhados por todos e não havia propriedade privada de nenhum bem. Nesse 'comunismo primitivo', em que imperavam a igualdade resultante da carência generalizada e a distribuição praticamente eqüitativa do pouco que se produzia, a diferenciação social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos) (NETTO; BRAZ, p. 56).

Desse modo, a carência e a fome eram dominantes. Não existiam, portanto, condições materiais da exploração do homem pelo homem, já que a propriedade dos meios de produção era coletiva e o resultado do trabalho, compartilhado por todos os membros da comunidade.

Entretanto, conforme afirma Lessa,

---

<sup>22</sup> Formadas pelo conjunto dos seguintes elementos: meios de trabalho, objetos de trabalho e força de trabalho.



[...] o trabalho e seus efeitos já se faziam presentes mesmo neste ambiente primitivo. Ao coletarem os alimentos os homens iam conhecendo a realidade, e este conhecimento era generalizado e divulgado por todos os membros do grupo. Com o tempo, estes bandos produziram ferramentas cada vez mais desenvolvidas e foram conhecendo cada vez melhor o ambiente em que viviam. O desenvolvimento das forças produtivas permitiu aumentar seu tamanho e complexidade: indivíduos e sociedade já naquele momento estavam em permanente evolução. E essa evolução levou a uma primeira grande revolução da capacidade humana em transformar a natureza: a descoberta da semente e da criação de animais (LESSA, 2007, p. 36).

Pecuária (domesticação de animais) e agricultura, estes os principais fatores que, gradativamente, impulsionados pelo desenvolvimento das forças produtivas, foram decisivos à dissolução da comunidade primitiva. Tanto a criação de animais quanto a agricultura tornaram possível o aumento da produtividade do trabalho. Ou seja, os homens começaram a produzir uma quantidade de valores de uso superior ao necessário para sua sobrevivência. Em outras palavras, pela primeira vez na história aparece o trabalho excedente.

Por exemplo:

Na Ásia, encontramos animais que se deixaram domesticar e puderam ser criados no cativeiro. Antes, era preciso ir à caça para capturar a fêmea do búfalo selvagem; agora, domesticada, ela dava uma cria a cada ano e proporcionava, ainda por cima, leite. Certas tribos mais adiantadas – os árias e os semitas, e talvez os turaninos – fizeram da domesticação e da criação do gado a sua principal ocupação. As tribos pastoras se destacaram do restante da massa dos bárbaros. Esta foi a *primeira grande divisão social do trabalho*. Estas tribos pastoris não só produziam víveres em maior quantidade como também em maior variedade do que o resto dos bárbaros. Tinham sobre eles a vantagem de possuir mais leite, laticínios e carnes; além disso, dispunham de peles, lãs, couros de cabra, fios e tecidos, cuja quantidade aumentava na medida em que aumentava a massa das matérias-primas. Isso tornou possível, pela primeira vez, o intercâmbio regular de produtos (ENGELS, 2005, p. 179).

Eis que surge a possibilidade de exploração do homem pelo homem e conseqüentemente a acumulação de riquezas. Assim, são lançadas as bases à

instauração de uma sociedade assentada na propriedade privada e no antagonismo de classes, na qual a primeira forma assumida foi o escravismo.

É o que Engels demonstra nesta passagem:

O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao mesmo tempo, aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos<sup>23</sup>. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes [antagônicas]: senhores e escravos, exploradores e explorados (2005, p. 181).

Engels chama a atenção para essa modificação (relação de antagonismo entre as classes fundamentais: escravos e senhores de escravos) instaurada nas relações sociais, em sua obra intitulada *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Diz ele:

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta cisão manteve-se através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: São as três formas de avassalamento que caracterizam as três grandes épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da escravidão – a princípio franca, depois mais ou menos disfarçada (2005, p. 198).

---

<sup>23</sup> A partir da produção de um excedente econômico se tornou mais vantajoso e viável converter os derrotados de guerra em escravos, em vez de matá-los. Na sociedade primitiva isso não era possível, pois tudo o que era produzido destinava-se ao consumo imediato dos membros da comunidade. Ademais, conforme destacamos anteriormente, a propriedade dos meios de produção era comunal. Não existia, portanto, o estabelecimento de relações antagônicas, nem sequer a divisão da sociedade em classes sociais.

Portanto, o modo de produção escravista, característico do mundo antigo<sup>24</sup>, predominante no período compreendido aproximadamente entre 3000 anos a.C. até a derrocada do Império Romano, foi marcado pelo antagonismo de classes: senhores de escravos e escravos. Esse antagonismo sinaliza os interesses opostos estabelecidos entre ambas as classes. Tudo o que era produzido era de propriedade do senhor de escravos. Logo, não era de interesse da classe explorada intensificar a sua produtividade. Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas ocorreu de forma lenta e gradual.

Contudo, malgrado as condições de subordinação a que eram submetidos os escravos e mesmo com a resistência posta por esta classe (escravos), o escravismo representou um avanço<sup>25</sup>, se comparado à sociedade primitiva.

[...] introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento da produção de mercadorias (*produção mercantil*) estimulou o comércio entre distintas sociedades. Nesse modo de produção, o trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo produtor direto (o escravo) lhe era subtraído mediante a violência, real e potencial. Compreende-se, pois, que no escravismo, dividida a sociedade em duas *classes sociais fundamentais* e diferenciados os demais grupos sociais, tenham surgido as primeiras formas de poder político condensadas no que se denominará *Estado* (NETTO; BRAZ, 2007, p. 66).

Desse modo, o Estado, conforme a abordagem de Engels na citação anterior, surge em meio a um contexto de antagonismos, um complexo social

---

<sup>24</sup> Esse modo de produção teve como principais representantes as sociedades romana e grega.

<sup>25</sup> “O estágio da produção de mercadorias com que começa a civilização caracteriza-se, do ponto de vista econômico, pela introdução: 1) da moeda metálica (e, com ela, o capital em dinheiro), dos juros e da usura; 2) dos comerciantes como classe intermediária entre os produtores; 3) da propriedade privada da terra e da hipoteca; 4) do trabalho como forma predominante na produção. A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre a cidade e o campo como base de toda a divisão do trabalho social e, por outro lado, a introdução dos testamentos, por meio dos quais o proprietário pode dispor de seus bens ainda depois de morto” (ENGELS, 2005, p. 198-199).

criado pela classe dominante, cuja função social consiste em controlar as sublevações da classe oprimida. Nesse preciso sentido, como bem caracteriza Engels:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é 'a realidade da idéia moral', nem 'a imagem e a realidade da razão', como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (2005, p. 191).

E mais adiante, acrescenta:

[...] o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (2005, p. 193-194).

Voltemos à organização da produção no regime escravista. Devido ao conflito de classes daquele período e às condições em que era produzida a base material da sociedade, o acúmulo de riquezas só poderia ocorrer pelo aumento do número de escravos conquistados em guerra. Dado o expressivo aumento do número de escravos em relação ao número de senhores, fez-se necessária a contratação de soldados, tendo em vista que a conjuntura da

época (intensa exploração dos escravos) favorecia o surgimento de rebeliões da classe de escravos.

Entretanto, a manutenção de um exército para garantir a ordem e reprimir os escravos passou a representar um custo elevado aos senhores; para tanto, todos os membros da classe dominante deveriam dividir as despesas com os gastos militares. Assim, para garantir que todos contribuíssem para a manutenção da ordem foram contratadas pessoas (funcionários públicos) que ficariam responsáveis pelo recolhimento dos “tributos”.

Porém, o modo de produção escravocrata entra em crise em decorrência do seu próprio desenvolvimento. Dentre os principais fatores que exerceram um efeito catalisador desse processo podemos destacar o custo elevado exigido pela manutenção da ordem. Ou seja, o número de soldados aumentava proporcionalmente ao número de escravos; com isso o exército foi ampliado de tal maneira que os impostos recolhidos pelo Estado eram insuficientes para manter tanto os funcionários públicos quanto o exército.

Assim, funcionários públicos e soldados deixaram de defender os interesses da classe dominante e gradativamente o escravismo enfrentou uma crise que o conduziria à sua dissolução. Contudo, é importante salientar que, devido à ausência de uma classe revolucionária, a transição do escravismo ao feudalismo, regime de produção ulterior ao sistema escravista, se deu de forma lenta e gradual.

Após o declínio do escravismo, num período que transcorreu em torno de três séculos, estrutura-se na Europa (século XI) o modo de produção feudal. Esse regime de produção é composto por duas classes sociais fundamentais<sup>26</sup> e antagônicas: o senhor feudal e os servos. Se no regime precedente as relações entre as classes fundamentais eram de escravidão (do escravo para com o senhor), no feudalismo são instauradas as relações de servidão. Ao contrário do sistema anterior, no feudalismo, embora as relações antagônicas

---

<sup>26</sup> Apesar de o sistema feudal ser composto por duas classes fundamentais – os servos e senhores feudais, existia uma estratificação social: “[...] nos séculos X a XII, tinha que pagar pelas diversões e coisas boas que os cavaleiros e damas desfrutavam. Também alguém tinha que fornecer alimentação e vestuário para os clérigos e padres que pregavam enquanto cavaleiros lutavam. Além desses pregadores e lutadores existia na Idade Média, um outro grupo: os trabalhadores. A sociedade feudal consistia dessas três classes – sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava produzia para ambas as outras classes, eclesiástica e militar” (HUBERMAN, 1986, p. 2-3).

ainda se façam presentes, entre o servo e o senhor feudal existia uma relação de reciprocidade e dependência (do servo para com o senhor).

No feudalismo, a economia era fundamentalmente agrária e praticamente inexistia o comércio. As trocas de produtos eram eventuais e realizadas entre os feudos<sup>27</sup>. É importante destacar que os produtos eram trocados por outros produtos e não por alguma unidade monetária.

Nos feudos a produção era quase que totalmente voltada para a subsistência. Em troca de fidelidade e do trabalho servil, os senhores feudais concediam uma parcela de terra para que os servos pudessem trabalhar e retirar seu sustento, assim como trabalhar para o seu senhor. Ou seja, cabia aos servos a responsabilidade de toda a produção dos feudos.

Malgrado a intensa exploração a que eram submetidos os servos, pois, além de serem os responsáveis por toda a produção<sup>28</sup> do feudo ainda se viam obrigados a pagar elevados tributos, eles ficavam com uma pequena parcela do que era produzido. Assim, tal aspecto foi decisivo ao desenvolvimento das forças produtivas. E, por conseguinte, houve um aumento significativo da produção.

No século XIV, porém, o regime feudal começa a entrar em declínio. Dentre os principais fatores podemos destacar: de um lado, o rendimento cada vez mais baixo da agricultura e a peste que assolou a Europa nesse período, dizimando mais da metade da população<sup>29</sup>. De outro, o desenvolvimento do comércio.

---

<sup>27</sup> “A maioria das terras agrícolas da Europa ocidental e central estava dividida em áreas conhecidas como ‘feudos’. Um feudo consistia apenas de uma aldeia e as várias centenas de acres de terra arável que a circundavam, e nas quais o povo da aldeia trabalhava [...]. Nas diversas localidades, os feudos variavam de tamanho, organização e relações entre o que os habitavam, mas suas características principais se assemelhavam, de certa forma” (HUBERMAN, 1986, p. 3).

<sup>28</sup> “O camponês vivia numa choça do tipo miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terra espalhadas [...], conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Teria vivido melhor, não fora o fato de que, dois ou três dias por semana, tinha que trabalhar a *terra do senhor*, sem pagamento. [...]. Jamais houve dúvida quanto à terra mais importante. A propriedade do senhor tinha que ser arada primeiro, semeada primeiro e ceifada primeiro.” (HUBERMAN, 1986, p. 5).

<sup>29</sup> “Precisamente no século XIV, a produção em que fundamentalmente se baseava o regime feudal (isto é: os cultivos e a pecuária) viu-se comprometida: as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos à época para recuperá-las, novas terras apresentavam resultados pobres e a necessária expansão dos cultivos fez-se à base da redução de áreas para a pecuária. Por outra parte, limites técnicos reduziram amplamente a mineração da prata, com o que se travou fortemente o curso do dinheiro (sob a forma de moeda metálica), o que trouxe grandes dificuldades, ainda que temporárias, para a vida

Em resumo, podemos dizer que:

O feudalismo encontrou-se plenamente estruturado na Europa por volta do século XI, com suas características principais inteiramente definidas: uma classe de produtores diretos, os servos, que já então gerava um excedente agrícola significativo, expropriado pelos senhores feudais, classe parasitária dedicada especialmente à caça e à guerra. Mas, paralelamente, mantinha-se a produção para a troca (isto é, a produção de mercadorias), centrada no trabalho artesanal. Essas trocas serão muito estimuladas a partir das Cruzadas; assim, a estrutura social do feudalismo começa a se tornar mais complexa: os artesãos a pouco e pouco se organizam (em corporações) e os comerciantes/mercadores também buscam mecanismos associativos (as ligas). O estabelecimento de rotas comerciais para o Oriente trará um novo dinamismo a esse processo, que dará às atividades comerciais um destaque cujas conseqüências vão contribuir para a erosão das bases da ordem feudal, abrindo a via à crise do feudalismo e suas instituições, num longo período de transição que, ao fim, marcará o colapso do *Antigo Regime* (NETTO; BRAZ, 2007, p. 69-70).

Nesse sentido, o modo de produção assentado na economia agrária e centrado nas relações de produção servil entra em crise, passando a ser substituído pela sociedade burguesa, o capitalismo.

Apesar de o capitalismo se consolidar enquanto prática econômica na transição do século XVIII ao século XIX, é no período feudal, caracterizado pelos sistemas familiar e de corporações, que começam a ser estruturadas as bases que permitirão o acúmulo de capital.

Nessa fase do feudalismo, caracterizada pela produção familiar, o processo de trabalho é realizado em sua totalidade por artesãos independentes e/ou todos os membros de sua família. Os produtos são voltados para a subsistência e confeccionados com os meios e os objetos de trabalho dos próprios artesãos, cabendo a estes a idealização e fabricação do produto e ficando a seu cargo decidir o que, como, quanto e quando produzir.

Posteriormente, surge o sistema de corporações (nada mais é do que a reunião em associação de mestres, artesãos e aprendizes que possuíam o

---

comercial. Acresça-se a isso um outro fenômeno – a peste negra que, vinda da Ásia em 1348, dizimou cerca de um quarto da população européia – e ter-se-á o quadro que vai erodir o regime feudal, que parece tão estável entre os séculos XI e XVI” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 71).

mesmo ofício). Diferentemente do sistema familiar, as corporações são caracterizadas pela existência de uma unidade industrial, a oficina, composta pelo mestre-artesão (empregador) juntamente com um ou dois aprendizes<sup>30</sup> (empregados).

Segundo Braverman:

Essas primeiras oficinas eram simplesmente aglomerações de pequenas unidades de produção, refletindo pouca mudança quanto aos métodos tradicionais, de modo que o trabalho permanecia sob imediato controle dos produtores, nos quais estavam encarnados o conhecimento tradicional e as perícias de seus ofícios (1987, p. 61).

Os artigos confeccionados nessas pequenas aglomerações eram destinados à venda no mercado. Conforme Netto; Braz:

Na sua configuração mais geral, essa produção de mercadorias – que se designa como **produção mercantil simples**<sup>31</sup> assentava-se em dois pilares: o *trabalho pessoal* e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os *proprietários dos meios de produção* que empregavam. [...] Ademais, esse tipo de produção destinava-se basicamente a um mercado restrito, quase sempre de âmbito local, no qual os produtores conheciam as necessidades dos compradores (2007, p. 81).

A partir do século XV, o sistema familiar e o de corporações são gradativamente superados, dando lugar ao sistema doméstico. Este modo de organização do processo de trabalho apresenta significativas mudanças em relação às precedentes. Primeiro, se antes os mestres-artesãos eram proprietários dos meios de trabalho, agora, com o sistema doméstico, o fornecimento de matéria-prima depende de um intermediário. Segundo, os produtos elaborados são destinados não apenas ao atendimento das

<sup>30</sup> Nessa fase da organização do processo de trabalho, a relação empregado-empregador é distinta da relação de antagonismo e confronto que passa a ser estabelecida com o advento da maquinaria, este aspecto será discutido por nós mais adiante. Aqui, os empregados são considerados aprendizes de um ofício específico que é repassado pelo mestre-artesão.

<sup>31</sup> O processo de circulação de mercadorias característico da produção mercantil simples é representado pela expressão **M – D – M**: o dinheiro exercia a função de meio de troca, pois o objetivo do produtor não consistia no acúmulo de dinheiro, mas na transformação deste em outra mercadoria, ou seja, a “[...] transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar” (MARX, 1983, p. 125). Assim, o lucro obtido pelos detentores dos meios fundamentais de produção eram obtidos na esfera da circulação, isto é, através da venda de mercadorias.



necessidades vitais do produtor e sua família, mas sim para um mercado em expansão.

Com o passar dos séculos, a organização do trabalho evolui e as relações mercantis são expandidas em decorrência do desenvolvimento do comércio<sup>32</sup>, impulsionado pelas grandes navegações e pela expansão marítima. A partir de então, novas técnicas são desenvolvidas, contribuindo para a consolidação de novas estruturas econômicas e sociais, a partir das quais são consolidadas as bases para a instauração do capitalismo propriamente dito.

Com a demanda de mercadorias aumentada e com a expansão do emprego do dinheiro, foram se modificando as condições gerais que contextualizavam a produção mercantil simples. A ampliação das atividades comerciais e a constituição de mercados cada vez maiores e afastados alterou aquele quadro. De um lado, os comerciantes se introduzem entre os produtores e os consumidores – a circulação de mercadorias se torna mais complexa. Os comerciantes não controlavam ou dominavam a produção: sua atividade consistia em encontrar mercadorias que podiam comprar a preços baixos e vender a preços mais altos. [...] Os seus ganhos (isto é, lucros) fundavam-se na diferença entre o que pagavam e o que recebiam pela mercadoria transacionada [...]. De outro lado, alteram-se as condições em que operavam os produtores diretos. Processava-se uma diferenciação entre os artesãos: uma minoria de mestres enriqueceu às expensas de seus jornaleiros e aprendizes – a antiga solidariedade de pares se dissolveu e dos mestres emergiu uma camada de patrões. Também os camponeses que destinavam seu excedente para o mercado foram impactados: uma minoria enriqueceu e a maioria se arruinou. Já no século XVIII, a produção mercantil simples viu-se deslocada pela produção mercantil capitalista (NETTO; BRAZ, 2007, p. 82-83).

Nesse sentido, conforme Marx: “A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (1984, p. 262). Contudo, a complexificação das relações comerciais e a generalização do uso do dinheiro não bastam para o surgimento e a consolidação da produção mercantil capitalista. Para tanto, fez-se necessária a emersão de duas classes sociais

---

<sup>32</sup> O processo de circulação de mercadorias (produção mercantil simples) tem sua estrutura alterada com a introdução de um contingente cada vez maior de comerciantes.

antagônicas fundamentais: os possuidores dos meios de produção (capitalistas) e aqueles que possuem apenas sua força de trabalho (operários), sendo esta reduzida a mercadoria<sup>33</sup>.

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1984, p. 262).

---

<sup>33</sup> “Mas, historicamente, quando até a força de trabalho se converte em mercadoria, está posta a possibilidade de *mercantilizar o conjunto das relações sociais* – isto é: não somente de introduzir a lógica mercantil (compra e venda) em todas as relações econômico-materiais mas, também, de generalizá-la às outras relações sociais. Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura e satura o conjunto das relações sociais: as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas – tudo é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos. O modo de produção capitalista *universaliza* a relação mercantil. É nesse sentido que, estruturalmente, ele pode ser caracterizado como o modo de produção de mercadorias” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 85). Portanto, é a força de trabalho tornada mercadoria o elemento fundamental de diferenciação do modo de produção capitalista das demais formações sociais.

Desse modo, o processo de circulação de mercadorias é alterado. Ao contrário da produção mercantil simples ( $M - D - M$ ), no modo capitalista de produção, o objetivo central do capitalista não consiste em transformar a mercadoria em dinheiro para adquirir outra mercadoria e assim vendê-la por um preço mais elevado e, a partir daí, obter seu lucro. O lucro capitalista é obtido não mais na esfera da circulação, mas na esfera da produção, advindo do excedente de trabalho produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista, a mais-valia<sup>34</sup>:

[...] à diferença do produtor mercantil simples, que tem no dinheiro um mero meio de troca e cujo objetivo é a aquisição das mercadorias de que carece e que, portanto, *vende para comprar*, o capitalista *compra para vender*, isto é, o que ele visa com a produção de mercadorias é obter *mais dinheiro*. A fórmula  $D - M - D'$  exprime o movimento do capital: o ponto de partida é o dinheiro e o ponto de chegada é mais dinheiro. Este é o *sentido específico* da ação capitalista: a partir de dinheiro, produzir mercadorias para conseguir mais dinheiro (NETTO; BRAZ, 2007, p. 96).

### **3.2 A organização do processo de trabalho: da cooperação simples à grande indústria**

Na sociabilidade capitalista o trabalho é realizado para atender à necessidade de reprodução do capital, e não apenas sua reprodução simples, mas sua reprodução: a produção de mais-valia. Porém, antes de atingir sua fase madura, o capitalismo percorre três formas básicas de produção de mercadorias e extração de mais-valia: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria.

De acordo com Marx:

A produção capitalista começa, [...], de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma

---

<sup>34</sup> Trataremos sobre a mais-valia adiante.

espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (1983, p. 257).

A essa organização do trabalho em que muitos trabalhadores passam a ser reunidos em um mesmo local, para produzir o mesmo produto, trabalhando “planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1983, p. 259), sob o comando do mesmo capitalista, denomina-se cooperação.

A cooperação simples é uma forma histórica de organização do processo de trabalho, cujo objetivo é a autovalorização do capital.

Mesmo não se alterando o modo de trabalho, o emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho (MARX, 1983, p. 258).

Primeiro, a concentração de um grande número de trabalhadores reunidos sob o mesmo teto e trabalhando cooperativamente dá origem a uma força produtiva social que permite uma maior produtividade. Isso significa que a soma das forças de trabalho é maior do que a soma das mesmas forças de trabalho tomadas isoladamente, realizadas em igual período de tempo<sup>35</sup>.

A esse respeito, Marx escreve:

Abstraindo da nova potência de forças que decorre da fusão de muitas forças numa força global, o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhadores produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas, de forma que 1 dúzia de pessoas juntas, numa jornada simultânea de 144 horas, proporciona um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, cada um dos quais trabalha 12 horas, ou do que 1 trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos (1983, p. 260).

Segundo, a nova força produtiva gerada pelo trabalho combinado dos trabalhadores reduz o valor unitário das mercadorias em decorrência do

---

<sup>35</sup> “Se o processo de trabalho é complicado, a simples massa dos que trabalham juntos permite distribuir as diferentes operações entre diferentes braços e, portanto, executá-las simultaneamente, e em virtude disso encurtar o tempo de trabalho necessário para fabricar o produto global.” (MARX, 1983, p. 261).

consumo coletivo dos meios de produção. Assim, a jornada de trabalho social permite produzir uma quantidade superior de valores de uso em menos tempo, à medida que ao cooperar no processo de trabalho as limitações individuais são superadas. Ou seja:

Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil. [...] Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie (MARX, 1983, p. 261-2).

No entanto, esse aumento de produtividade é vantajoso apenas aos capitalistas, porque o salário que é revertido aos trabalhadores corresponde ao valor da jornada de trabalho individual, e não à jornada de trabalho combinada estabelecida a partir da cooperação simples.

Finalmente, ocorre a conversão do trabalhador individual e independente em assalariado. Como a “concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados” (MARX, 1983, p. 262), os produtores individuais são expropriados de seus meios de trabalho e colocados em situação de pobreza, sendo esse o elemento determinante para o surgimento da classe burguesa – proprietária dos meios de produção que foram expropriados dos produtores individuais. Cabe a aqueles, como única alternativa de sobrevivência, vender a sua força de trabalho. Por conseguinte:

Se o modo de produção capitalista se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho em processo social, então, por outro lado, essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento de sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente (MARX, 1983, p. 266).

Com a cooperação capitalista os produtos confeccionados resultam de um trabalho coletivo, social. Como o trabalho coletivo aumenta a produtividade em decorrência da diminuição do tempo de trabalho necessário para a elaboração de determinado produto, os custos da produção são reduzidos,

permitindo que os capitalistas obtenham mais lucro, ou melhor, obtenham mais-valia.

De início, não há uma transformação no processo de trabalho, não ocorrendo, portanto, nenhuma alteração nas condições materiais de produção. O que, de fato, ocorre é que o trabalho deixa de ser voltado para a produção de valores de uso, para se converter em instrumento de autovalorização do capital. O fato de os capitalistas privarem os produtores individuais das condições objetivas (meios de produção) não lhes dá a este um controle real do processo de trabalho, isto é, o trabalho não está subsumido realmente ao capital (como veremos mais adiante, isto só ocorrerá com a introdução da máquina no processo produtivo, elemento determinante da grande indústria).

Todavia, a produtividade alcançada pelo consumo coletivo da força de trabalho da organização industrial corporativa “já não era suficiente para atender à procura, que crescia com os novos mercados. Ela foi substituída pela manufatura” (MARX & ENGELS, 1998, p. 5-6).

O predomínio da manufatura, segundo Marx (1983), tem início em meados do século XVI até o terço final do século XVIII. Constitui-se gradativamente a partir da cooperação simples (artesanato), promovendo transformações no modo de realização do processo de trabalho e na extração de mais-valia, através da divisão hierárquica do trabalho e do trabalhador coletivo, estabelecendo, desse modo, as bases para a instauração da grande indústria.

De acordo com Marx (1983), a manufatura tem dupla origem. De um lado, a combinação de trabalhadores de ofícios distintos e autônomos voltados à fabricação de uma mercadoria em sua totalidade. “Por exemplo, uma carruagem era o produto global do trabalho de grande número de artífices independentes, tais como segeiro, seleiro, costureiro [...]” (MARX, 1983, p. 267). Anteriormente separados, os diversos artífices são reunidos sob o domínio do mesmo capital, em um mesmo local de trabalho, dividindo de modo combinado, simultâneo e parcelar todas as etapas de fabricação da mercadoria. Gradativamente, os ofícios autônomos são

[...] tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no

processo de produção de uma única e mesma mercadoria (MARX, 1983, p. 268).

Por outro lado, origina-se da junção de artífices do mesmo tipo de ofício, os quais produzem a mercadoria por inteiro, decompondo

[...] o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as tornam autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico (MARX, 1983, p. 268).

Seja qual for a sua origem, a produção de mercadorias ainda está fundamentada na produção artesanal. Conforme Marx, é justamente por não prescindir do trabalho vivo no processo de produção “que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial e sua força de trabalho é transformada por toda a vida em órgão dessa função parcial” (MARX, 1983, p. 269).

Mas isso não significa que o trabalhador detém o controle total do processo de trabalho. Mesmo que as habilidades manuais ainda se constituam como fundamento da produção, significativas mudanças são apresentadas no âmbito do processo produtivo.

A primeira delas é a progressiva decomposição das funções necessárias à confecção de uma mercadoria particular, que antes, no período artesanal, era efetivada em sua totalidade pelos artífices. Isto é, ao término de cada trabalho realizado obtinha-se um produto final, um valor de uso. Na manufatura, ao contrário, o produto final não é mais um valor de uso, mas sim a matéria-prima para o trabalho de outrem.

A partir da divisão do trabalho, cada trabalhador fica responsável por uma atividade simples. Destituído de sua autonomia, o trabalhador individual torna-se parcial e especialista; desse modo, eleva-se a produtividade para além da estabelecida com os trabalhos individuais simultâneos da cooperação simples. A esse respeito, Marx constata que:

Um artesão que executa, um após outro, os diversos processos parciais da produção de uma obra, é obrigado a mudar ora de lugar, ora de instrumentos. A passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho e

forma em certa medida poros em sua jornada de trabalho. Esses poros vedam-se, tão logo ele execute o dia inteiro continuamente uma única e mesma operação, ou desaparecem na medida em que diminuem as mudanças de operação. O aumento da produtividade se deve aqui ao dispêndio crescente de força de trabalho em dado espaço de tempo, portanto crescente intensidade de trabalho ou decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho (MARX, 1983, p. 270).

Outro elemento intrínseco à fragmentação do processo produtivo é a especialização dos meios de trabalho. As ferramentas e instrumentos de trabalho são aprimorados mediante sua adaptação às operações individualizadas, pois:

A produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador mas também da perfeição de suas ferramentas.[...] Mas tão logo as diversas operações de um processo de trabalho se dissociam e cada operação parcial adquire na mão do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e portanto exclusiva, tornam-se necessárias modificações nas ferramentas anteriormente utilizadas para fins diferentes (MARX, 1983, p. 270).

O parcelamento de tarefas reduz as atividades a mera execução de operações, que podem ser mais simples ou complexas. Assim, os trabalhadores desqualificados, antes excluídos da produção artesanal, são introduzidos no processo de trabalho, estabelecendo uma divisão na classe trabalhadora entre qualificados e não qualificados. O que, conseqüentemente, promove uma hierarquia de cargos e salários.

Conforme Marx:

A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas. [...] o próprio indivíduo é transformado no motor automático de um trabalho parcial [...]. Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista (MARX, 1983, p. 283).



Como vimos, tanto a cooperação simples quanto a manufatura constituem momentos do desenvolvimento do capital, nos quais é exigida a subsunção formal do trabalho ao capital para que o capitalismo possa se expandir e obter mais-valia. Isto é, para Marx, a subsunção formal corresponde

[...] à forma que se funda no sobrevalor absoluto, posto que só se diferencia *formalmente* dos modos de produção anteriores, sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (*producer*) atue como empregador de si mesmo (*self-employing*) seja porque o produtor direto deva proporcionar trabalho excedente a outros (1978, p. 56).

Embora o capitalista detivesse a propriedade privada dos meios de produção e, por conseguinte, o controle sobre a massa de trabalhadores, a expansão capitalista esbarrou em certos limites. Pois, mesmo com a intensificação do trabalho e do aumento da produtividade – graças ao aperfeiçoamento das ferramentas e da divisão técnica do trabalho (parcelização das operações) –, a produção das mercadorias dependia das habilidades técnicas dos artesãos. Isto é, malgrado a subordinação do trabalhador ao capital, a produção de mercadorias ainda era realizada de modo artesanal. Além do mais, para uma maior extração de mais-valia se faz necessária a contratação de um número maior de trabalhadores e o prolongamento da jornada de trabalho<sup>36</sup>.

Contudo, os mercados cresceram de tal forma que o sistema manufatureiro se tornou insuficiente para atender à necessidade de acumulação capitalista. Para suprir as limitações impostas pela manufatura fez-se necessária a subsunção real do trabalho ao capital.

Em outras palavras, a subsunção real consiste no total controle capital sobre o trabalho. Pois à medida que a ciência é aplicada ao trabalho, a habilidade técnica dos artesãos é completamente transferida para a máquina. Com isso, a exploração da mais-valia não depende do aumento da jornada de trabalho, o que não significa dizer que ocorra uma diminuição da jornada de trabalho. Ao se criar a máquina, o tempo de trabalho necessário para a

---

<sup>36</sup> Na fase do desenvolvimento do capitalismo, em que o trabalho está subsumido apenas formalmente ao capital, a exploração ocorre na esfera da mais-valia absoluta.

elaboração da mercadoria é diminuído, o que conseqüentemente potencializa a força de trabalho, fazendo aumentar os lucros do capitalista.

Portanto, a transição da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital só foi possível a partir do momento em que a manufatura se transformou na grande indústria, que tem como característica a introdução da máquina no processo produtivo.

A incorporação da maquinaria ao processo de elaboração das mercadorias provocou transformações inauditas no trabalho, já que

[...] a finalidade da maquinaria [...] se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte de sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia (MARX, 1984, p. 7).

Dentre as modificações proporcionadas pela mecanização da produção, destacam-se: aumento extraordinário da produtividade; barateamento da produção de mercadorias; redução do tempo de trabalho social necessário etc. Mas, por outro lado, a mecanização do processo de trabalho trouxe reflexos negativos à classe operária, tais como: o prolongamento da jornada de trabalho; inserção de mulheres e crianças na indústria; precarização das condições de trabalho; aumento significativo de desempregados; barateamento da força de trabalho etc.

A esse respeito, Marx e Engels atestam que:

O trabalho dos proletários perdeu, com a expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, todo o caráter autônomo e, portanto, todos os atrativos. O proletário torna-se um mero acessório da máquina, e dele se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono e mais fácil de aprender. Assim, os custos do operário se reduzem quase aos meios de subsistência de que necessita para o seu sustento e para a reprodução da sua espécie. O preço de uma mercadoria e, portanto, o do trabalho também, é, todavia, igual ao seu custo de produção. Logo, quanto mais cresce o caráter enfadonho do trabalho, mais se reduz o salário. Mais ainda: na medida em que crescem a maquinaria e a divisão do trabalho, cresce também a quantidade de trabalho, seja pelo aumento do trabalho exigido num determinado lapso de tempo, seja pela aceleração do movimento das máquinas etc. (1998, p. 13).

Desprovido de seus meios de produção, o trabalhador não mais se reconhece nos produtos de seu trabalho, pois não é mais de sua competência idealizar e conceber a mercadoria. Se antes o trabalho era todo o processo, agora, com a maquinaria, o trabalho passou a ser apenas um momento do processo produtivo, e a força de trabalho o único elemento que entra na composição da mercadoria que não é pago pelo seu valor real. Logo, o trabalho morto – expressão material do capital – é cada vez mais valorizado em decorrência da desvalorização e/ou da substituição parcial da força de trabalho humana, transformando os operários em meros apêndices das máquinas<sup>37</sup>.

Outro aspecto que merece destaque é a potencialização da produtividade. Em virtude da hegemonia das máquinas, o processo de trabalho se torna cada vez mais intenso. Embora o tempo de trabalho necessário à confecção de mercadorias tenha sido reduzido, o capital, ávido por mais-valia, amplia a jornada de trabalho, submetendo os operários a uma atividade laborativa de até 16 horas por dia, em precárias condições, combinando, dessa maneira, tanto a produção de mais-valia absoluta quanto a mais-valia relativa<sup>38</sup>.

Nesse sentido:

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que capacitam o capital a dar livre vazão a essa sua tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçar seu apetite voraz por trabalho alheio (MARX, 1984, p. 28-9).

---

<sup>37</sup> Com a apendicização dos homens às máquinas, a força de trabalho humana é reduzida a mercadoria, como outro objeto qualquer.

<sup>38</sup> Segundo Marx: “A produção capitalista não é apenas a produção de mercadoria, é essencialmente a produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia” (1984, p. 105). É na esfera da produção que a mais-valia é obtida. Corresponde à parte da jornada de trabalho que é realizada além do necessário à subsistência do trabalhador, da qual o capitalista se apropria e não paga, ou seja, é o valor produzido, porém não é pago. Duas são as formas de mais-valia: absoluta e relativa. A mais-valia absoluta corresponde ao valor que é produzido pelo prolongamento da jornada de trabalho. A mais-valia relativa consiste no valor obtido pelo capitalista mediante o aprimoramento técnico dos instrumentos de trabalho. Esta tem seu apogeu a partir da incorporação da máquina ao processo produtivo, eliminando as limitações do trabalho vivo. Porém, a predominância da mais-valia relativa não elimina a existência da mais-valia absoluta. O capital se desenvolve de tal forma que permite a imbricação das duas formas de obtenção de mais-trabalho.

Ademais, a produção mecanizada suprime a necessidade de trabalhadores qualificados e de força muscular, o que possibilita a inserção de mulheres e crianças na indústria – força de trabalho barata –, mais lucrativa aos capitalistas. Devido às intensas e precárias condições de trabalho, muitas crianças morrem precocemente, acometidas por doenças ou mutilações. As mulheres envelhecem mais cedo, muitas adquirem uma aparência masculinizada e rude, provocada pelo labor árduo, ou seja, a família dos operários (classe trabalhadora) é degradada.

Com a instauração da grande indústria o trabalho subsume-se realmente<sup>39</sup> ao capital (cristalizado na máquina); dito de outra forma, o trabalhador perde toda e qualquer autonomia no processo de trabalho. Se antes era o elemento ativo, agora, com o sistema de máquinas, é apendicizado ao sistema mecânico, tornando-se um simples “instrumento” mediador entre a máquina e a matéria a ser transformada.

Embora seja imanente à lógica reprodutiva do capital produzir desigualdades<sup>40</sup>, não podemos ignorar que o surgimento da grande indústria foi de grande importância para a evolução do mundo dos homens. Por consequência dos avanços técnico-científicos, como veremos mais adiante, é nessa fase do modo de produção capitalista que ocorre de modo mais intenso o desenvolvimento das forças produtivas. Mas antes de prosseguirmos, um parêntese.

Do século XVI ao XVIII a doutrina econômica em voga no sistema capitalista é o mercantilismo. Consiste em um conjunto de princípios que, tendo em vista o aumento da riqueza das nações (aqui entendida como o acúmulo de bens com valor econômico, especialmente sob a forma de ouro e prata), advoga o controle do poder estatal sobre a indústria e o comércio. Para tanto, utiliza como principal expediente a prática do comércio exterior em detrimento

---

<sup>39</sup> Apropriando-se do saber-fazer operário advindo dos ofícios, o capital detém um controle completo sobre o processo de trabalho.

<sup>40</sup> “Esta forma de trabalho [capitalista], por sua própria natureza, gera necessariamente e sempre a desigualdade social. Ao comprar a força de trabalho do operário, o capitalista não só adquire uma coisa, mas também adquire o poder de expropriar e dominar a vida dele. Isto porque o capital (riqueza sob esta forma) nada mais é do que trabalho acumulado privadamente e trabalho, em última análise, é sempre dispêndio de energias físicas e espirituais de quem produz. Assim, produzir desigualdades sociais não é um defeito da reprodução do capital. É um dado essencial da sua natureza” (TONET, 2002, p.11).

das importações, ou seja, para que uma nação seja desenvolvida as exportações devem superar as importações.

Antípoda a esse sistema econômico, surge na França do século XVIII a escola de pensamento econômico fisiocrata. Tendo como principal representante o economista François Quesnay, essa corrente de pensamento defendia a não-interferência do poder governamental na economia (política econômica do *laissez-faire*) e, além disso, acreditava que o setor produtivo agrícola (terra) era a genuína fonte de riqueza. Por seu turno, cabia à indústria e ao comércio – setores determinantes na fase mercantilista – apenas a função de distribuir o que fosse produzido.

Ainda no século XVIII, buscando suas raízes na escola fisiocrata, surge a economia liberal clássica ou simplesmente liberalismo. Sob a liderança do economista escocês Adam Smith, essa doutrina político-econômica defende que o Estado não deve intervir no desenvolvimento das atividades econômicas (produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços), apresentando como principais características a livre concorrência entre os agentes econômicos (por conta disso, essa fase da sociabilidade capitalista também é definida como concorrencial) e a iniciativa individual. No entanto, na época de Smith a sociedade estava sob

[...] uma forte intervenção estatal que ditava as normas de comércio e de produção. Contra esta forma de organização da produção social, considerada por ele como um dos principais obstáculos à riqueza das nações, Smith contrapõe aquele estado idílico, onde ninguém estava sujeito a nenhuma autoridade externa, apenas aos seus próprios interesses particulares [...] (TEIXEIRA, 1998, p. 207-8).

Para legitimar essa teoria, Smith formulou o princípio da “mão invisível”. De acordo com esse princípio, os interesses particulares são as molas propulsoras do desenvolvimento da nação, pois, quando a busca do lucro é o objetivo principal dos indivíduos, inevitavelmente eles se esforçam para elevar ao máximo os rendimentos da sociedade. Como bem sintetiza Teixeira, fundamentado em Smith:

[...] se a cada indivíduo for garantida a liberdade de agir por conta própria, e o Estado não interferir na economia, cada país

poderá atingir o pleno desenvolvimento econômico e com ele o bem-estar geral da sociedade. É isso o que revela o princípio da mão invisível. Trata-se de um princípio que procura demonstrar que a economia deve funcionar sem qualquer regulação social direta. Além disso, serve como denúncia às políticas mercantilistas da época, bem como sintetiza as idéias filosóficas do autor, do que é e deve ser a sociedade capitalista: uma sociedade na qual o mercado deverá ser a instância suprema e intranscendível da vida humana (1998, p. 208-9).

Voltemos às circunstâncias históricas que demarcam o apogeu da grande indústria. Até meados do século XIX, o capitalismo estava sob a forma concorrencial e regido pelo liberalismo<sup>41</sup>. Caracterizado pela predominância de pequenas unidades produtivas de base familiar, imperava a livre concorrência entre os produtores (as atividades econômicas eram comandadas pelas forças do mercado), o processo produtivo era descentralizado e o mercado, seguindo os preceitos da “mão invisível”, era tido como uma instituição suprema e determinante de todas as relações sociais.

Contudo, no último quartel do século XIX, o capitalismo é acometido por um acelerado desenvolvimento técnico-científico que revoluciona o espaço fabril. Tal processo configura-se como “um conjunto de procedimentos novos que aprofundaram o impacto geral da revolução industrial em andamento” (FALCON, 1989, p. 77). Por exemplo, é graças a essas transformações que se tornou possível a criação de um novo método para obtenção de um tipo de aço mais flexível e resistente. Dada a qualidade desse novo material, ele começa a ser amplamente utilizado na construção civil, nos transportes e nas máquinas. Na mesma direção, novas fontes de energia (gás e eletricidade) foram produzidas, levando ao desenvolvimento de diversos setores da economia, dentre os quais destacam-se: a indústria química, a siderurgia, a metalurgia, dentre tantos outros.

Conforme FALCON destaca:

---

<sup>41</sup> “Somente a partir de meados do século XIX é que aquele programa liberal encontra condições favoráveis para sua realização efetiva. Tal programa pressupunha uma sociedade na qual a produção de mercadorias houvesse se tornado a relação social dominante, a ponto de seus proprietários serem reconhecidos reciprocamente como tais”(TEIXEIRA, 1998, p. 210).

Estes e outros processos técnico-científicos produziram um impacto muito forte sobre a organização da produção, o tipo de equipamento industrial, a distribuição das mercadorias, a administração das empresas etc. (1987, p. 77).

À medida que essas transformações são introduzidas na produção industrial, os países industrializados expandem o mercado interno e conquistam novos mercados no exterior. A partir daí, faz-se necessária “a reunião de capitais em larga escala para sua realização” (Idem). É justamente em decorrência desses fatos que marcaram a burguesia industrial do final do século XIX que o capitalismo concorrencial começa a perder forças. Pois alterações significativas tanto em relação ao número e às dimensões das empresas quanto em relação à constituição dos capitais começam a serem observadas. À vista disso, BRAVERMAN observa que:

[...] o modelo atomizado e concorrencial do capitalismo, no qual o proprietário individual do capital (ou grupo familiar, ou pequeno grupo de sócios) e a firma capitalista eram idênticos, e a produção em cada indústria era distribuída entre um número razoavelmente grande de firmas, já não é mais o modelo de capitalismo atualmente (1987, p. 216).

Ou seja, o número de empresas de pequeno e médio porte é cada vez mais reduzido, levando à constituição, no final do século XIX, das chamadas sociedades anônimas, sociedades por ações ou “empresas gigantes”, conforme expressão cunhada por (Baran e Sweezy, 1978). Convém ressaltar que o enfraquecimento da fase concorrencial do capitalismo não se deve apenas às modificações tecnológicas em curso. Outro fator também foi determinante – o próprio ordenamento do capitalismo naquela época. Esses acontecimentos foram desencadeados

[...] numa época de agravamento das crises periódicas do sistema e de conseqüente intensificação da concorrência entre os produtores, numa luta dia a dia mais violenta pelos mercados internos e externos (FALCON, 1987, p. 72).

Em meio às circunstâncias de agravamento da crise econômica e de intensa concorrência, os setores-chave da indústria foram conduzidos à busca de alternativas de sobrevivência que lhes garantissem a obtenção de lucros.

Isso se deu através da eliminação da concorrência. Ora pela exclusão das empresas de pequeno porte do mercado, ora pela aquisição de pequenas unidades produtivas pelas empresas mais fortes. Assim sendo, convencionou-se chamar de monopolista<sup>42</sup> essa tendência na qual um número bastante reduzido de empresas, porém forte, detém o controle do mercado através da fixação dos preços<sup>43</sup> e da eliminação da concorrência.

“As bases para a teoria da empresa monopolista, [segundo BRAVERMAN], foram lançadas por Marx, quando ele analisou a tendência do capital a aglomerar-se em imensas unidades” (1987, p. 221). Na mesma esteira, SWEEZY (1986), fundamentado na teoria marxiana, atesta que esse fenômeno podia ocorrer por meio de duas formas: da concentração e da centralização do capital.

A concentração é o processo através do qual, por consequência da diminuição do número de empresas e do aumento de suas dimensões, o acúmulo de capitais é realizado por um número bastante reduzido de capitalistas. Estes, por sua vez, submetem a seu jugo os pequenos e médios empresários. Assim, a concentração

[...] é companheira normal da acumulação e obviamente não pode ocorrer sem ela. A recíproca, porém, não é necessariamente verdadeira, pois é possível imaginar a acumulação ao mesmo tempo que os capitais individuais diminuem de volume, talvez devido a repetidas subdivisões entre seus herdeiro (SWEEZY, 1986, p. 197).

Nesse sentido, conforme sinalizamos anteriormente, a partir da segunda metade do século XIX a concentração aumentou sobremaneira o volume de capitais disponíveis aos grandes capitalistas. Por outro lado, reduziu-se gradativamente o número daqueles que podiam dispor desses capitais. Entretanto, esse processo não se restringiu, apenas, às grandes empresas.

---

<sup>42</sup> “O monopólio puro – domínio de um setor do mercado por uma empresa – não existe. O que se encontra comumente é o oligopólio, que ocorre quando alguns rivais de grande porte deixam de competir e entram em acordo para findar a concorrência e estabelecer preços altos para seus produtos. Pode-se falar da existência de monopólio no sentido de um controle real exercido sobre os preços e o mercado” (FALCON, 1987, p. 76).

<sup>43</sup> “Quando dizemos que as empresas gigantes fazem os preços, queremos dizer que elas podem escolher, e escolhem, os preços a serem cobrados pelos seus produtos. Há decerto limites à sua liberdade de escolha: acima e abaixo de determinados preços, seria preferível suspender totalmente a produção” (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 64).



Estendeu-se às casas bancárias que, semelhantemente às indústrias, uniram-se deixando à margem ou eliminando completamente aquelas menos competitivas.

Em meio a essa conjuntura de concorrência acirrada, é premente a necessidade das grandes indústrias de obter crédito e de se constituir enquanto sociedade anônima (tendo em vista tornar-se mais forte e competitiva no mercado), fato este que levou o capital industrial a unir-se ao capital bancário, formando o que muitos estudiosos denominam de “capital financeiro”. Nesse aspecto os bancos ocupam uma posição de destaque no processo de concentração de capitais.

Ora, as instituições bancárias são responsáveis pela emissão e venda de ações no mercado. São, portanto, de suma importância na formação das sociedades por ações. Pois, conforme Sweezy explica:

Os bancos conservam para si uma parte principal do lucro do organizador, nomeiam seus representantes para participar da direção de empresas e exercem grande influência sobre as políticas adotadas (1986, p. 205).

Influência essa sempre direcionada para a eliminação da concorrência, visto que uma empresa forte goza de grande vantagem em relação a outras empresas de pequeno e médio porte<sup>44</sup>.

Portanto:

Quanto mais ampla as ligações de um banco e mais poderosa a sua voz, tanto mais eficientemente pode pôr em prática sua política de eliminar a concorrência e estabelecer monopólios. Daí a centralização de capital na esfera industrial encontrar sua contrapartida no crescimento de unidades bancárias cada vez maiores. Disso surge a união pessoal interna de diretorias comuns e comunidades de interesse que unem os grandes banqueiros e magnatas industriais em todos os países capitalistas adiantados (SWEEZY, 1986, p. 205).

---

<sup>44</sup> “Portanto, a luta dos bancos para eliminar concorrência entre as firmas em que estão interessados é absoluta. Todo banco tem interesse no mais alto lucro possível. Em condições iguais, tal objetivo é atingido em determinado ramo da indústria quando a competição é totalmente excluída. Daí a luta dos bancos pelo monopólio” (HILFERDING apud SWEEZY, 1986, p. 205).

Diferentemente da concentração, a centralização<sup>45</sup> consiste na união de diversos capitais já existentes sob um único comando. Acontece quando pequenas e médias unidades de produção são eliminadas do mercado pelas empresas concorrentes, ou pela fusão de diversos capitais consubstanciados nas chamadas “sociedades gigantes” ou sociedade anônima. Aquele que possuir a maior parte das ações “pode captar e controlar uma série de poupanças individuais, como também pode adquirir o controle de outras sociedades” (FALCON, 1987, p. 75). Nesse aspecto, as sociedades por ações configuram-se como o caminho mais eficaz para expandir a escala de produção. É, portanto, aliado a concorrência, um mecanismo determinante no processo de centralização de capitais. Pois, como Marx apud Sweezy exemplifica:

O mundo ainda estaria sem estradas de ferro se tivesse sido obrigado a esperar até que a acumulação permitisse a alguns capitalistas individuais empreenderem a construção de uma ferrovia. A centralização, por outro lado, realizou isso rapidamente através das sociedades por ações (1978, p. 198).

Tendo em vista o domínio do mercado e a redução dos custos de produção, a centralização de capitais, por meio da formação das “sociedades gigantes” e dos grandes complexos industriais, assume dois tipos: o primeiro refere-se ao processo de aquisição de uma unidade produtiva por outra semelhante, é o que denominamos de integração horizontal. O segundo diz respeito à integração vertical, quando as atividades da empresa dominam quase ou completamente todos os estágios do processo produtivo.

Essa situação demarca, segundo observações de Sweezy:

A fase final do desenvolvimento do capital monopolista [que] ocorre quando se formam combinações com o objetivo consciente de dominar a concorrência. Essa fase só é atingida tendo como base um grau relativamente alto de centralização

---

<sup>45</sup> De acordo com Marx apud Sweezy: “Esse processo difere do primeiro pelo fato de pressupor apenas uma modificação na distribuição do capital já existente e em atividade. Seu campo de ação não se limita, portanto pelo crescimento absoluto da riqueza social, pelos limites absolutos da acumulação. O capital cresce num determinado lugar até atingir uma massa imensa, sob um controle único, porque em outro lugar foi perdido por muitos investidores. Isso é a centralização, em contraposição à acumulação e à concentração” (1986, p. 197-8).

que, reduzindo o número de empresas em determinado setor de produção, torna a concorrência cada vez mais severa e perigosa para os sobreviventes. A concorrência tende a se transformar numa luta mortal que não beneficia ninguém. Quando isso ocorre, o terreno para o movimento de combinação está preparado. (SWEEZY, 1986, p. 203).

Direcionadas à ampliação dos lucros dos complexos industriais, através do controle monopolista do mercado, diversas formas de centralização de capitais são formadas. São combinações que vão desde o “acordo tácito” até associações mais rígidas, como é o caso dos trustes e da fusão completa. Sumariamente, as principais formas podem ser definidas da seguinte maneira:

A forma mais simples e ao mesmo tempo mais insegura é o denominado acordo tácito. Ocorre quando um determinado número de produtores (sociedades gigantes) concorrentes firma um acordo, no qual é estabelecido um preço mínimo de venda. Baseado apenas na palavra de seus participantes, essa espécie de pacto é muito vulnerável às oscilações do mercado, sobretudo em épocas de crise.

Outra forma de combinação é o cartel. Refere-se a um conjunto formado por empresas do mesmo ramo de atividade que se unem a fim de, mediante um acordo firmado entre elas, estipular o preço do produto a ser cobrado, distribuir as quotas de produção e os mercados consumidores. Embora as empresas sejam dotadas de autonomia interna, é comum, nesse tipo de combinação, a constituição de um escritório comum de vendas funcionando como uma espécie de medida de segurança cujo objetivo é assegurar que todos cumpram o que foi determinado no acordo. E, além de controlar os preços, cabe a este o poder de aplicar multas aos “infratores”.

Outra maneira de organização, porém mais rigorosa, é o truste. Neste,

[...] os donos de uma maioria de ações de várias sociedades anônimas independentes passam suas ações para um grupo de depositários, em troca de um certificado de depósito. Os depositários administram as companhias e os portadores dos certificados recebem os dividendos. Dessa forma, a unificação completa de políticas das companhias é realizada, ao passo que a identidade legal e comercial dos seus constituintes não é prejudicada, como no cartel. O truste nesse sentido não deve ser confundido com o sentido comum do termo, de denominação genérica cobrindo quase toda a escala de combinações monopolistas (SWEEZY, 1986, p. 203).

Por fim, chegamos ao ápice das formas de fusão – a fusão total –, na qual a independência das empresas principiantes é eliminada. Várias são as maneiras de ocorrência desse processo, dentre elas destaca-se

[...] a absorção de todas as firmas por uma única firma grande, e o desaparecimento de todas as firmas antigas em favor de uma nova entidade comercial. De qualquer forma, o resultado é o mesmo: completa unidade orgânica sob uma direção única. Essa é, evidentemente, a forma mais eficiente de combinação, do ponto de vista de realizar uma política monopolista (SWEEZY, 1986, p. 203).

Como vimos, foi na era dos monopólios

[...] que a concentração e centralização do capital, sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação, começaram a formar-se; foi então, conseqüentemente, que a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começou a tomar forma (BRAVERMAN, 1987, p. 216).

Assim, a extraordinária expansão da sociabilidade capitalista na era dos monopólios passa a exigir nova forma de valorização do capital. Em outras palavras, é exigido um novo mecanismo de domínio e exploração da força de trabalho. É o que veremos no capítulo a seguir.

#### 4. AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXTRAÇÃO DE MAIS-VALIA: DO TAYLORISMO/FORDISMO AO TOYOTISMO

É na transição do século XIX para o século XX, com a entrada do capitalismo na fase monopolista, que são gestadas as condições para a constituição de um novo modo de valorização do capital, ou seja, de extração de mais-valia relativa. Assim, sob as condições históricas do capitalismo monopolista, surge, nos Estados Unidos, para atender “às exigências de um novo momento do capitalismo no plano internacional e na sociedade americana” (Druck, 1999, p. 41), um padrão de gestão e controle do processo de trabalho que veio a ser denominado taylorismo ou Gerência Científica do Trabalho.

A administração científica do trabalho refere-se a um conjunto de formulações teóricas elaboradas pelo engenheiro americano Frederick Winslow Taylor. Consubstanciado na obra *Princípios de Administração Científica*, este estudo descreve detalhadamente como o processo de produção tornar-se-ia mais eficiente e produtivo mediante o parcelamento de tarefas e a separação entre as atividades de planejamento e execução, eliminando, desse modo, o dispêndio de tempo em atividades não produtivas, tornando a extração de mais-valia relativa mais intensa.

No entanto, Taylor observa na forma de controle da força de trabalho até então vigente (*administração por iniciativa e incentivo*), dois fatores determinantes que obstaculizavam a elevação dos níveis de produtividade: de um lado, a morosidade proposital dos trabalhadores (indolência sistemática)<sup>46</sup>, pois, segundo Taylor (1985), eles [os operários] acreditavam (erroneamente) que ao elevar a produtividade de seu trabalho e das máquinas resultaria no desemprego de muitos operários. A esse respeito o autor constata:

[...] o trabalhador vem ao serviço, no dia seguinte, e em vez de empregar todo o seu esforço para produzir a maior soma possível de trabalho, quase sempre procura fazer menos do

---

<sup>46</sup>A indolência natural dos homens é grave; todavia a maior causa de prejuízo, para trabalhadores e patrões, é a indolência sistemática, quase generalizada, em todos os tipos comuns de administração e que decorre das conclusões a que chegaram os operários e da crença que eles nutrem de que agindo assim estão servindo aos seus interesses (TAYLOR, 1985, p. 37).

que pode realmente – e produz muito menos do que é capaz; na maior parte dos casos, não mais do que um terço ou metade dum dia de trabalho, é eficientemente preenchido (TAYLOR, 1985, p. 32).

E, por outro lado, mesmo com a já existente separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual advindo da manufatura, os métodos empíricos adotados pela administração eram falhos, pois

[...] a filosofia básica dos antigos sistemas de administração, ainda em uso, impõe que a cada trabalhador seja entregue a responsabilidade de executar seu trabalho, como melhor entender, quase sem auxílio e orientação da gerência (Idem, p. 41).

Observando essas fragilidades Taylor propõe a substituição dos antigos métodos empíricos fundamentados na administração por *iniciativa e incentivo*<sup>47</sup>, pela Administração Científica do Trabalho. Esse sistema científico de organização e controle<sup>48</sup> da força de trabalho está fundamentado em quatro princípios:

1) Desenvolver para cada elemento do trabalho individual uma ciência que substitua os métodos empíricos (TAYLOR, 1985, p. 49). Faz-se necessária a redução do saber-fazer operário. As atividades devem ser reduzidas a tarefas simples e o tempo de cada movimento de trabalho – mediante a introdução do cronômetro no processo produtivo – deve ser observado, mensurado e estudado até se chegar ao tempo necessário.

Nesse aspecto, cabe à gerência

---

<sup>47</sup> De acordo com as observações de Taylor (1985), com a administração por iniciativa e incentivo, o patrão só poderia obter iniciativas (melhor rendimento) no trabalho se, em troca, fosse oferecida ao trabalhador alguma espécie de incentivo tais como: redução da jornada de trabalho, aumento salarial etc. O que, ao contrário, não ocorre com o emprego da administração científica por meio da racionalização do trabalho.

<sup>48</sup> “O controle foi o aspecto essencial de gerência através da sua história, mas com Taylor ele adquiriu dimensões sem precedentes. Os estágios do controle gerencial sobre o trabalho antes de Taylor incluíram, progressivamente: a reunião de trabalhadores numa oficina e a fixação da jornada de trabalho; a supervisão dos trabalhadores para garantia de aplicação diligente, intensa e ininterrupta; execução das normas contra distrações (conversas, fumo, abandono do local de trabalho etc.) que se supunha interferir na aplicação; a fixação de mínimos de produção etc. Um trabalhador está sob controle gerencial quando sujeito a essas normas ou a qualquer de suas extensões e variações. Mas Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (BRAVERMAN, 1987, p. 86).

[...] a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então enfraquecê-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para a execução do seu trabalho diário (Idem).

2) Selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar e aperfeiçoar o trabalhador. No passado ele escolhia seu próprio trabalho e treinava a si mesmo como podia (Idem). Agora, com a introdução dos princípios da administração científica, todo trabalho intelectual tem de ser eliminado da oficina e centralizado no departamento de planejamento ou projetos. Este é o fulcro da administração científica. Com a expropriação do conteúdo cognitivo do trabalho operário, toda e qualquer autonomia do trabalhador em relação ao processo de produção é eliminada. Nesses termos:

[...] O trabalho de cada operário é completamente planejado pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado e também os meios usados para enfraquecê-la. Na tarefa é especificado o que deve ser feito e também como fazê-lo, além do tempo exato concebido para a execução. [...] A administração científica, em grande parte, consiste em preparar e fazer executar essas tarefas (TAYLOR, 1985, p. 51).

Este princípio ficou conhecido como a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Soma-se a isto o surgimento, no processo produtivo, de trabalhadores responsáveis pela vigilância do trabalho manual, representando assim a personificação do capital na esfera da produção:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija (MARX, 1996, p. 35).

Daí a constatação de Marx sobre a relação de oposição como inimigos entre trabalho manual e trabalho intelectual:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho (MARX, 1984, p. 105).

Outro aspecto relevante desse princípio é a ampliação do trabalho produtivo, que já estava presente no processo produtivo desde a manufatura. Para que o capitalismo consiga atingir seu fim último – a produção e realização de mais-valia. – é imprescindível a existência de profissões que produzam mais-valia (trabalho produtivo) quanto a das que apenas servem para sua realização (trabalho improdutivo). Ambas servem à necessidade de reprodução e autovalorização do capital, porém assumem funções ontologicamente distintas no processo produtivo.

Na esteira de Marx, trabalho produtivo<sup>49</sup> é aquele que gera mais-valia. De um lado, existem aquelas atividades que ao serem desenvolvidas produzem valores de uso (a práxis de um sapateiro). Por outro lado, existem atividades que, apesar de serem produtoras de mais-valia, não realizam um intercâmbio com a natureza (a práxis de um professor em uma escola da rede privada).

Ambas são atividades voltadas para o enriquecimento do capitalista; produzem mais-valia; são trabalhos abstratos produtivos; são assalariadas. No entanto, diferem ontologicamente em relação à função social que exercem no processo de acumulação. Enquanto uma (o trabalho do sapateiro) produz a

---

<sup>49</sup> O que determina se uma profissão é produtiva ou improdutivo, ou melhor, trabalho abstrato produtivo ou trabalho abstrato improdutivo, não diz respeito à necessidade ou utilidade dessa profissão na sociedade. Mas sim à função social que essa profissão exerce no processo de acumulação (produção – realização – circulação). Por exemplo, os comerciários são trabalhadores improdutivos, pois cabe a eles realizar a mais-valia que já foi gerada na esfera da produção. Isto é, quando os operários transformam a natureza em uma determinada mercadoria que será destinada à venda no mercado. Assim, apesar de o vendedor ser um trabalhador improdutivo, isso não elimina a necessidade dessa profissão no processo de acumulação capitalista.



base material da humanidade, a outra (dar aulas em uma escola particular) apenas serve à acumulação de capital.

Referindo-se ao nosso exemplo, após o término de sua atividade, o produto do trabalho do sapateiro constituirá um valor de uso. Em relação à práxis desenvolvida pelo professor, apenas permitirá o acúmulo de capital.

Por outro lado, existem profissões que não geram mais-valia. São o denominado trabalho abstrato improdutivo. Correspondem às funções responsáveis pela realização da mais-valia, a exemplo, as atividades relacionadas ao setor financeiro (bancos), serviços de escritório, enfim, atividades que se inscrevem na esfera da circulação<sup>50</sup>.

3) Cooperar cordialmente com os trabalhadores para articular todo trabalho com os princípios da ciência que foi desenvolvida (TAYLOR, 1985, p. 49). Ao definir a cooperação cordial dos patrões para com os operários como parte preponderante, Taylor intencionava: primeiro, empregar os métodos da administração científica do trabalho a fim de controlar sua execução. Segundo, ao substituir a relação de coerção pela cordialidade os patrões eliminariam a existência do conflito de classes no interior do processo de trabalho.

4) Manter a divisão equitativa de trabalho e de responsabilidade entre a direção e o operário (Idem). Isso significa dizer, segundo as proposições tayloristas, que não é mais atribuição dos operários escolher o melhor método de execução do processo de trabalho. Se, na *administração por iniciativa e incentivo*, praticamente todas as atribuições de planejamento, concepção e execução ficam a cargo dos trabalhadores, o que, de certa forma, credenciava ao “poder” a classe operária, já que o “conjunto de conhecimentos empíricos ou tradicionais pode ser considerado como o principal recurso e patrimônio dos artífices” (TAYLOR, 1985, p. 46), com a administração científica isso não acontece, pois todo o saber é apropriado e mais bem empregado pela gerência científica<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Ressaltamos que não existe uma relação de antagonismo entre trabalho abstrato produtivo e trabalho abstrato improdutivo. Mas sim uma complementaridade. E o fato de haver, na contemporaneidade, uma ampliação do trabalho improdutivo não significa que o trabalho (no sentido ontológico) seja eliminado, pois este, como a história humana tem demonstrado, sempre esteve presente, independentemente da forma concreta assumida pelo trabalho em dado momento histórico.

<sup>51</sup> “[...] a administração deve planejar e executar muitos dos trabalhos de que até agora têm sido encarregados os operários; quase todos os atos dos trabalhadores devem ser precedidos

Concernente às proposições de Taylor, BRAVERMAN conclui:

[...] tanto a fim de assegurar o controle pela gerência como baratear o trabalhador, concepção e execução devem tornar-se esferas separadas do trabalho, e para esse fim o estudo dos processos de trabalho devem reservar-se à gerência e obstar aos trabalhadores, a quem seus resultados são comunicados apenas sob a forma de funções simplificadas o que é seu dever seguir sem pensar e sem compreender os raciocínios técnicos ou dados subjacentes (1987, p. 107).

Assim, o taylorismo é uma forma de organização do processo de trabalho cujo principal objetivo é elevar os níveis de produtividade provenientes da produção racionalizada pela fragmentação das tarefas, através do controle e intensificação do processo de trabalho mediante a expropriação do componente intelectual do operário.

Todavia, a consolidação desse processo esbarrou na resistência dos trabalhadores. A introdução de uma nova forma de organizar o trabalho implicava a modificação de uma série de hábitos, exigindo uma disciplina por parte dos trabalhadores. Ademais, as propostas tayloristas apresentavam

[...] um conteúdo fortemente autoritário e, na sua essência, um poder de aplicação sustentado muito mais na força e na coerção e muito menos no convencimento e na busca da adesão dos trabalhadores (DRUCK, 1999, p. 47).

Esse princípio de organização do trabalho só é, de fato, consolidado quando se expressa numa nova forma de gestão do processo produtivo, o que ficou denominado de taylorismo-fordismo.

---

de atividades preparatórias da direção, que habilitam os operários a fazerem seu trabalho mais rápido e melhor do que em qualquer outro caso. E cada homem será instruído diariamente e receberá auxílio cordial de seus superiores, em lugar de ser, de um lado, coagido por seu capataz, ou em situação oposta, entregue à sua própria inspiração” (TAYLOR, 1985, p. 41).

## 4.1 O fordismo

No início do século XX a subsunção do trabalho ao capital assume novas conformações que tornam mais intensa a exploração da força de trabalho. Refere-se a um conjunto de transformações empreendidas no processo de produção fabril<sup>52</sup> determinado pela introdução articulada de inovações organizacionais (princípios tayloristas)<sup>53</sup> e tecnológicas (esteira rolante) voltadas à produção em massa.

Tendo como princípios a intensificação do trabalho, o aumento dos ganhos de produtividade e o barateamento da fabricação de mercadorias, esse modelo produtivo recebeu a denominação de *fordismo*<sup>54</sup>, pois, em 1913, foi o empresário norte-americano Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, em Highland Park, Detroit, o primeiro a pôr em prática em sua indústria automobilística os métodos científicos de organização do trabalho sistematizados pelo engenheiro estadunidense F. W. Taylor, juntamente com a linha de montagem contínua acoplada à esteira rolante.

No regime de trabalho anterior ao taylorismo/fordismo a fabricação de automóveis era realizada de modo artesanal. Naquele regime de produção os operários, extremamente qualificados, ficavam responsáveis pela fabricação dos automóveis quase que em sua totalidade. “No conjunto das operações que

---

<sup>52</sup>O setor automobilístico foi o pioneiro no que se refere às transformações na organização da produção industrial, “[...] seja ao nível de uma fábrica ou de todo um sistema de produção. Foi ela que criou o chamado fordismo. [...] O que acontece no setor automobilístico se espalha depois pela maior parte da indústria” (GOUNET, 1999, p. 14).

<sup>53</sup> Apesar de empregar e desenvolver amplamente os princípios da administração científica elaborados por Taylor, concordamos com Harvey ao constatar que “O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e de gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (2007, p. 121).

<sup>54</sup>Conforme detalharemos mais adiante, o fordismo pode ser compreendido como “[...] a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século” (1997, p. 17).

um trabalhador efetuava, uma tomava um tempo enorme: procurar a peça certa para colocar no lugar certo, e modificá-la, adaptá-la ao seu uso no automóvel” (GOUNET, 1999, p. 18). Demandava-se um elevado dispêndio de tempo na fabricação dos veículos, tornando o carro um artigo de luxo e inacessível à maior parte da população.

Ao aplicar e desenvolver essa nova forma de gestão e organização no espaço fabril (produção em massa em bases tayloristas), Ford tinha o intento de fabricar e vender veículos a um preço relativamente mais baixo, tendo em vista responder a um virtual consumo em massa, eis a primeira característica do fordismo. “Isso significa racionalizar ao extremo as operações efetuadas pelos operários e combater os desperdícios, principalmente de tempo” (GOUNET, 1999, p. 18-9).

O primeiro passo é promover a racionalização da produção com o parcelamento das tarefas. A cada trabalhador cabe a função de executar um número limitado de gestos, “sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante a sua jornada de trabalho” (GOUNET, 1999, p. 19). Por conseguinte, a decomposição do processo de trabalho estabelece a separação entre concepção e execução efetivada pela captura da subjetividade operária. A fabricação de automóveis não mais é realizada em sua totalidade pelo operário. O especialista em mecânica é substituído pelo operário-massa<sup>55</sup>, com isso o tempo requerido para formação e treinamento dos trabalhadores é reduzido, ocorrendo assim a desqualificação do operariado.

Em complementação, apresenta-se uma terceira característica do modelo fordista, a linha de montagem. Com a finalidade de tornar o processo de trabalho mais eficiente e rentável, visando à produção em massa, Ford instaura a racionalização do processo produtivo por meio do controle dos tempos e movimentos executados pelos trabalhadores (uso do cronômetro na

---

<sup>55</sup> Segundo BIHR, o operário-massa recebe essa denominação “devido à sua concentração no espaço social. A acumulação fordista implica uma maior concentração e centralização do capital social [...] Este, também é caracterizado como “o proletariado homogeneizado, ou seja, desqualificado por ser designado para as tarefas parceladas e repetitiva da produção em massa fordista, o proletariado reduzido à força de trabalho simples, homogênea, intercambiável, que vê negada qualquer identidade profissional própria. Mas é também a massa dos consumidores anônimos, composta de indivíduos isolados pelo universo reificado das relações mercantis. É, então, o proletariado uniformizado pela perda de antigas identidades individuais e coletivas, baseadas nas particularidades de profissão e de lugar (de inserção em um espaço e um grupo social dado) que caracterizavam os operários de ofício e garantiam sua solidariedade e sua força coletiva (1999, p. 56-7).

linha de produção), eliminando, dessa forma, a porosidade na produção. Esse feito só foi possível graças à linha de montagem acoplada à esteira rolante, que torna o trabalho monótono, fragmentado e repetitivo. O trabalho morto torna-se elemento ativo da produção, ditando o ritmo e a velocidade que as mercadorias (automóveis) devem ser produzidas.

No que concerne a esse aspecto organizacional da produção fordista, Antunes assim resume:

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, 'suprimindo' a dimensão intelectual do trabalho operário, que era a transferência para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (2003, p. 37).

Mesmo com as transformações empreendidas nos processos fabris até então, estas ainda não foram suficientes. Tendo em vista tornar a produção mais racional, outra medida se fez necessária, a padronização das peças. Visando subjugar o trabalho vivo "a alguns gestos simples e evitar o desperdício de adaptação do componente ao automóvel, Ford tem a idéia de padronizar as peças" (GOUNET, 1999, p. 19). Este, portanto foi um elemento-chave da produção em massa, pois, como a aquisição das peças advinha de fornecedores diferentes e cada um deles utilizando um padrão de medição, gastava-se muito tempo com o ajuste das peças. À medida que se tornassem padronizadas, o dispêndio de tempo com a adaptação das peças ao veículo seria reduzido.

Para atingir esse objetivo e obter os componentes adequados, Ford amplia seus negócios promovendo uma verticalização, isto é, compra as fábricas de peças, exercendo, assim, um "controle direto de um processo de produção, de cima a baixo" (GOUNET, 1999, p. 19).

Efetivadas essas transformações, as fábricas fordistas são automatizadas, o que torna possível reduzir os custos e, conseqüentemente, as

mercadorias produzidas. Isso só foi possível, segundo Gounet, devido aos extraordinários resultados provenientes dessas transformações. Segundo esse autor:

A antiga organização da produção precisava de 12:30 horas para montar um veículo. Com o taylorismo, ou seja, apenas com o parcelamento das tarefas, a racionalização das operações sucessivas e a estandarização dos componentes, o tempo cai para 5:50 horas. Em seguida, graças ao treinamento, para 2:38 horas. Em janeiro de 1914, Ford introduz as primeiras linhas automatizadas. O veículo é produzido em 1:30 hora (1999, p. 19-20).

Contudo, a classe operária não aceitou de imediato os princípios de racionalização fordista, o que provocou uma elevada rotatividade de trabalhadores. Era difícil para a classe trabalhadora aceitar a rigidez do sistema de trabalho fordista. A fim de evitar essa onda de descontentamento e atrair a adesão dos operários a esse sistema, Ford instituiu uma jornada de trabalho de oito horas e um salário de cinco dólares diários. Mas para ter direito a essas vantagens o trabalhador deveria apresentar bom comportamento (não tomar bebida alcoólica, utilizar seu dinheiro de forma adequada, isto é, com a família, etc.). Além disso, imigrantes, mulheres, negros e homens com menos de 21 anos não tinham direito a esses benefícios. Ou seja:

O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores 'privilegiados' (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o 'novo homem' da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e 'racional' para corresponder às necessidades e expectativas da corporação (HARVEY, 2007, p. 122).

Malgrado os altos índices de produtividade, o fordismo da primeira metade do século XX ainda representava um modelo de acumulação incompleto, imaturo. Se por um lado era um sistema produtor de mercadorias em massa, por outro o consumo não o era. Esse sistema só atinge sua plenitude a partir do II Pós-Guerra Mundial (período do capitalismo marcado por um amplo crescimento econômico, denominado por muitos como a *era de ouro* do capitalismo), quando, sob a hegemonia dos Estados Unidos, o fordismo vai além do chão de fábrica. Nesse sentido, mais do que um modelo de produção de mercadorias, configura-se como um estilo de vida que afeta todas as esferas da totalidade social,

[...] já que os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não se podem obter sucessos num campo sem obter resultados tangíveis no outro (GRAMSCI, 1978, p. 328).

Entretanto, a partir do início da década de setenta a sociabilidade capitalista é acometida por uma crise estrutural<sup>56</sup> de reprodução, passando a apresentar sinais de esgotamento. De acordo com Antunes, os sinais mais evidentes dessa fase são resumidos nos seguintes pontos:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o *controle social da produção*. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava;
- 3) hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo

---

<sup>56</sup> Segundo Mézáros: “A crise estrutural do capital é a séria manifestação de encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos” (2000, p. 14)

prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;

4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;

5) a crise do *welfare state* ou do 'Estado do bem-estar social' e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos *contingentes* que exprimem esse novo quadro crítico (ANTUNES, 2003, p. 29-30).

Em resposta a mais essa crise da dinâmica de reprodução e autovalorização do capital, tem início um amplo processo de reorganização do capitalismo mundial, fundamentalmente, nos países de capitalismo avançado. Esse movimento de reorganização do capital iniciado na transição da década de sessenta para a de setenta – sob a denominação de reestruturação produtiva – é explicitado por dois elementos centrais: a primazia dos métodos flexíveis do sistema Toyota de produção e, concomitantemente, a difusão dos princípios neoliberais.

#### **4.2 A resposta à crise estrutural do capital: reestruturação do padrão tecnológico de produção**

Impulsionada pela crise estrutural do capital, a reestruturação produtiva consiste numa série de transformações expressas na emergência de novos processos (flexíveis) de organização industrial<sup>57</sup>, nas alterações das relações de trabalho e na forma de controle da classe trabalhadora. Inspiradas na doutrina neoliberal, essa dinâmica do capitalismo contemporâneo tem como principal expoente o padrão de acumulação toyotista.

Convém observar que as mutações empreendidas na base material da sociedade a partir do início da década de setenta, consubstanciadas na

---

<sup>57</sup> Destacamos que essas transformações não se limitam apenas ao chão de fábrica, expandindo-se também para as atividades inscritas na esfera da circulação (serviços e comércio).



reestruturação do padrão de acumulação produtivo, têm gerado posicionamentos divergentes no âmbito das ciências sociais. Antunes (2003), a esse respeito, aponta três vertentes de pensamento. Primeiro, tendo como ponto de partida a tese da especialização flexível defendida por Piore e Sabel (1984), alguns autores afirmam que a reestruturação produtiva é responsável pelo estabelecimento

[...] de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, mais favorável quando comparada ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitaram o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de 'maior realização no espaço do trabalho' [...] nesse sentido, superadora das contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista (2003, p. 48).

Segundo, outros autores afirmam que não há uma nova forma de organização das relações de trabalho, mas sim, trata-se da intensificação de tendências presentes no sistema capitalista. E, por fim, outros estudiosos destacam “tanto os elementos de continuidade com o padrão produtivo anterior quanto os de descontinuidade, mas retendo o caráter essencialmente capitalista de modo de produção vigente e de seus pilares fundamentais” (Idem, p. 49). Nesse sentido, concordamos com Antunes ao ratificar que

[...] as mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação (ANTUNES, 2003, p. 50).

### **4.3 O toyotismo**

O toyotismo é um sistema de organização do processo produtivo que surgiu no Japão após a II Guerra Mundial. Idealizado pelo engenheiro Taiichi Ohno (considerado o pai do toyotismo), recebeu essa denominação porque a *Toyota Motor Corporation* foi a pioneira no emprego desse método, que logo mais se estendeu às demais empresas daquele arquipélago.

Contudo, apesar de surgir como modelo de produção no II Pós-Guerra Mundial, experiências isoladas ocorridas no Japão e Estados Unidos, no início do século XX, já anunciavam alguns traços constitutivos do toyotismo:

Em 1902, Sakichi Toyoda, o fundador da firma Toyota, especializada então na fabricação de teares, inventou um aparelho que parava automaticamente se um fio quebrasse. Além de reduzir os defeitos do produto, esta invenção permitiu aumentar a produtividade porque um operário podia encarregar-se simultaneamente de uma dúzia de teares (BERNARDO, 2004, p. 80).

Mais adiante, na década de vinte, os supermercados nos Estados Unidos passam a adotar um método de gestão de estoques. Segundo Gounet, tal método consiste no preenchimento das prateleiras:

[...] os clientes vêm, se servem e, conforme fazem as compras, a loja volta a encher as prateleiras. Assim, a empresa só produz o que é vendido e o consumo condiciona toda a organização da produção (1999, p. 26).

Para Bernardo (2004), o toyotismo pode ser definido como a resultante de dois elementos determinantes. Em suas palavras, trata-se de uma 'dupla tomada de consciência por parte dos capitalistas' a partir da revolta operária no final da década de sessenta (sendo este um dos fatores decisivos da crise estrutural do capital): da necessidade de explorar a componente intelectual dos trabalhadores – esta relegada a último plano no fordismo – e da fragmentação ou dispersão da força de trabalho, tendo como elemento impulsionador a informática e a microeletrônica.

Enfocando sua análise nos aspectos conjunturais do Japão, Gounet (1999) argumenta que o sistema produtivo Toyota apresenta uma dupla origem intrinsecamente articulada. A primeira refere-se à necessidade de as empresas japonesas competirem em condições de igualdade com as norte-americanas. E a segunda, da necessidade de empregar o fordismo no Japão, porém adequando-o à realidade daquele país.

Com o fim do conflito mundial em 1945 o Japão tem sua estrutura econômica abalada. Nesse aspecto, o grande desafio consistia em como

adotar o fordismo nas empresas japonesas, tornando-as tão competitivas quanto as americanas.

Dadas as condições geográficas, econômicas e sociais, não era possível adotar o sistema de produção em massa. Fez-se necessário, portanto, conceber uma nova forma de organização do trabalho (mais flexível) condizente com a conformação geográfica do país (exígua e montanhosa) e com sua conjuntura econômica (mercado restrito, escassez de matéria-prima e capital) <sup>58</sup>. Assim, entre as décadas de 1950 a 1970, sob a liderança de Taiichi Ohno, tem início, na *Toyota Motor Corporation*, uma série de modificações na esfera organizacional da empresa e na forma de gerenciamento da força de trabalho.

Contudo, em objeção às modificações organizacionais, ainda no início dos anos cinquenta o sistema produtivo Toyota tem de enfrentar um grande entrave à sua disseminação – que apresenta como traço fundamental a atuação em amplos conflitos grevistas. Conseqüentemente, é preciso enfraquecê-lo. O momento oportuno surge em 1950 quando, em virtude da deliberação de cerca de duas mil demissões na Toyota, tem início um significativo movimento grevista. Contando com o apoio dos bancos, a Toyota sai vencedora e as demissões são cumpridas.

O conflito marca os trabalhadores japoneses e também a empresa. Esta, para evitar outros enfrentamentos, opta por manter um efetivo mínimo, mas com estabilidade quase plena (GOUNET, 1999, p. 31).

Mais adiante, em 1953, irrompe na Nissan um novo confronto grevista na busca de melhorias salariais e contra a racionalização dos processos de trabalho. “Logo o presidente da Nissan promove um locaute na fábrica e espera que a greve se esgote” (Idem). Para tanto, ele conta com o auxílio financeiro de dois bancos para a obtenção de um empréstimo equivalente aos rendimentos de um ano. Em seguida, com a desestabilização do sindicato,

---

<sup>58</sup> “Quanto ao método produtivo, tiraremos partido da experiência norte-americana de produção em série. Mas não o copiaremos. Vamos lançar mão de nosso potencial de pesquisa e criatividade para conceber um método produtivo adaptado à situação de nosso país” (OHNO apud GOUNET, 1999, p. 25).

[...] ele faz com que os líderes sindicais sejam presos e cria um novo sindicato, por intermédio de um operário colaboracionista. Este visita os grevistas, aconselha-os a entrar no novo sindicato e retornar ao trabalho, para não perderem o emprego (Idem).

Desse modo, são estabelecidos os determinantes à desmobilização e fragilização do combativo sindicato japonês, dando origem, portanto, aos sindicatos-casa atrelados ao ideário patronal. Porém, conforme destaca Antunes:

No ano seguinte, 1954, esse mesmo sindicato foi considerado ainda pouco cooperativo, sendo por isso dissolvido e substituído por um novo sindicato inserido no 'espírito Toyota', na 'Família Toyota'. A campanha reivindicatória tornou-se, então, nesse ano, movida pelo lema: 'Proteger nossa empresa para defender a vida!...' [...] Combinando repressão com cooptação, o sindicalismo de empresa teve, como contrapartida à sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora) e também ganhos salariais decorrentes da produtividade. (1998, p. 25).

Firma-se um sindicato comprometido com os objetivos empresariais, ou seja, elimina-se a principal função desse instrumento (sindicato) de luta dos trabalhadores, a contestação aos imperativos do capital e, subjacente a isso, o distanciamento do ideário revolucionário. Portanto,

[...] os fabricantes usam a cenoura e o chicote, a garantia de emprego vitalício e o sindicato totalmente atrelado ao patrão, para impor a seus empregados as mudanças nas condições de trabalho. Isso é fundamental para o novo sistema (Idem).

Assim, com a subjugação da classe trabalhadora à lógica burguesa, o sistema Toyota encontra as condições favoráveis à sua consolidação. Seus traços mais significativos são os seguintes:

Primeiro, na produção toyotista, ao contrário do fordismo, é a demanda (diversificada) que determina o que será produzido. A produção fundamenta-se na existência de um estoque reduzido;

Segundo, visando suprir a carência de espaço, dada a limitada extensão territorial japonesa e a necessidade de tornar o sistema produtivo rentável, os japoneses são impelidos a eliminar o desperdício. Desse modo, decompõe-se o processo de trabalho em quatro etapas: transporte, produção, estocagem e controle de qualidade. Como, dentre essas quatro etapas, apenas a produção agrega valor ao produto, as demais operações devem ser racionalizadas.

Eis porque a máxima fluidez da produção é o objetivo supremo. Ela significa situar tanto quanto possível as operações uma ao lado da outra, limitar o transporte no espaço mas multiplicá-lo no tempo, evitar que se formem estoques em qualquer ponto da cadeia. O único estoque realmente tolerado é a reserva por onde escoar o fluxo da produção (Idem, p. 26-7).

Uma vez que o padrão toyotista é estruturado na existência de um estoque mínimo, entra em cena um princípio fundamental da produção flexível, o sistema *just-in-time/kanban*.

Para Bernardo:

O *just in time*, que em certa medida é uma técnica de redução dos estoques, tem como elemento fundamental o controle da qualidade de uma peça ou de um serviço pelos trabalhadores que o produzem. Quando se opera com estoques mínimos não se dispõe de peças que possam substituir imediatamente as peças defeituosas, por isso o controle da qualidade deve ocorrer durante a própria produção, senão a passagem de um componente defeituoso seria suficiente para estrangular toda a seqüência do processo produtivo (BERNARDO, 2004, p. 85-6).

Em poucas palavras, o sistema *just-in-time/kanban* nada mais é do que uma forma de gerenciamento da força de trabalho que, visando à utilização do tempo de produção da melhor (racional) maneira possível, consiste em produzir o estritamente necessário, no tempo, no lugar, na quantidade e na qualidade adequados à fabricação das mercadorias encomendadas<sup>59</sup>. Para tanto, utiliza-

---

<sup>59</sup> “[...] em sistemas com estoques reduzidos, uma equipe que trabalha com produtos em estágio mais adiantado pressionará seu ‘fornecedor’ a cumprir as metas de qualidade e quantidade. O não-cumprimento das metas prejudica o trabalho dessa outra equipe, que terá de trabalhar em horários dilatados ou de modo mais acelerado para compensar. Dessa forma, o desenvolvimento de um sistema de ‘clientes internos’ coloca os operários numa situação em que eles monitoram e controlam o desempenho dos demais trabalhadores” (HAMPHREY apud

se do *kanban*, um sistema de informações constituído por um conjunto de lâmpadas que, conforme a sua coloração, permitem à gerência visualizar e controlar todas as etapas do processo produtivo<sup>60</sup>.

Como destaca Gounet:

Em toda a cadeia de produção há sinais luminosos com três luzes: verde, tudo em ordem; laranja, há super-aquecimento, a cadeia avança em velocidade excessiva; vermelha, há um problema, é preciso parar a produção e resolver a dificuldade. Alguém poderia acreditar que o objetivo é acender em todos os setores um verde tranquilizador. Nada disso! Se a luz está verde é sinal de que existem problemas latentes, que não aparecem. É preciso então acelerar o fluxo. Assim, a cadeia estará no limite da ruptura. Os problemas aparecerão. A empresa poderá remediá-los e elevar a produtividade, o desempenho, a capacidade de fabricar carros de qualidade. É preciso portanto que os sinais oscilem permanentemente entre o verde e o laranja, o que significa uma elevação constante do ritmo de produção (1998, p. 29-30).

Nessa direção, as requisições de um mercado competitivo e diversificado, no qual o melhor tempo de fabricação e a qualidade total<sup>61</sup> são

---

TEIXEIRA, 1998, p. 65). Assim, vê-se que o capital se desenvolveu a tal ponto que não é mais necessário uma unidade de comando responsável pela fiscalização dos trabalhadores no cumprimento de suas atribuições; eles mesmos se encarregam dessa incumbência.

<sup>60</sup> Essa forma de gerir a força de trabalho é também denominada de *management by stress*, pois é mais uma estratégia de controle adotada pelo capital para obter o máximo de produtividade, elevando ao extremo a capacidade física dos operários, fato este que torna mais intensa a exploração da força de trabalho.

<sup>61</sup> Com a crise de reprodução operada no interior do padrão de acumulação fordista-keynesiano no final da década de sessenta, o sistema capitalista teve de buscar alternativas para superar essa crise e promover a valorização do capital. A resposta veio com instauração de um padrão produtivo flexível, adequado a uma conjuntura cujo traço determinante é a acirrada competitividade, o sistema Toyota. Um dos princípios fundamentais desse modo de produzir mercadorias é a adoção da qualidade total nos processos produtivos. Habitualmente, quando designamos que determinado produto é “de qualidade”, queremos chamar a atenção, principalmente, à sua prolongada durabilidade aliada a um bom desempenho. No entanto, quando a “qualidade” está relacionada aos princípios toyotistas, esse vocábulo adquire uma significação diferente. A esse respeito, Antunes, fundamentado em Mészáros, afirma que, em sendo o capitalismo “um modo de metabolismo social totalizante e, em última instância, *incontrolável*, dada a tendência *centrífuga* presente em cada microcosmo do capital, esse sistema assume cada vez mais uma lógica essencialmente *destrutiva*. Essa lógica, que se acentuou no capitalismo contemporâneo, deu origem a uma das tendências mais importantes do modo de produção capitalista, que Mészáros denomina *taxa de utilização decrescente* do valor de uso das coisas” (2003, p. 25). Isso significa dizer que, para atender às novas exigências de acumulação do capital, cujo cenário é marcado por uma intensa e acirrada concorrência por fatias do mercado, reduzir o tempo de vida útil das mercadorias implica, impreterivelmente, o aumento da produção. Ou seja, consiste em atingir o objetivo central do capitalismo – a reprodução ampliada do capital. Na era da produção flexível de bases

fatores determinantes, enceta, impreterivelmente, a organização do trabalho em bases flexíveis. Dito de outra forma, significa que o parcelamento das tarefas e o trabalho individualizado (um homem/uma máquina) do modelo fordista não mais atendem às exigências da configuração do capitalismo daquele momento. Assim, a produção tem de ser estruturada de tal modo que os operários possam operar várias máquinas ao mesmo tempo<sup>62</sup>, o que torna o trabalhador individualizado um operário polivalente que passa a integrar uma equipe de trabalhadores que operam um sistema automatizado de máquinas.

A esse respeito, Bernardo faz uma importante constatação:

A alteração introduzida no sistema de cadeias de montagem, que substituiu a seqüência de trabalhadores individualizados pela seqüência de pequenos grupos de trabalhadores, foi uma das formas como se passou a aproveitar a iniciativa dos assalariados. A administração da empresa continua a fixar o volume global da produção exigido num dado período, e o movimento automatizado da cadeia de montagem continua a ditar o ritmo global das operações, mas em vez de cada posto de trabalho corresponder a um único trabalhador, encarregando-se de uma tarefa simples e inteiramente pré-determinada, corresponde a um grupo de poucos trabalhadores que, dentro dos limites estabelecidos pela administração e pelo movimento da cadeia de montagem, tem a possibilidade de decidir a maneira como vai aproveitar o tempo. Com este tipo de organização o toyotismo não está apenas a responsabilizar cada membro do grupo pela ação dos outros, de maneira a reduzir o absenteísmo e as sabotagens. [...] Mas esta reorganização das linhas de produção representa muito mais do que isso, porque ao se conceder um certo escopo de

---

toyotistas, esse objetivo é atingido, dentre outros determinantes, pela adoção da qualidade total. Pois: “Na fase de intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, necessária para a reposição do processo de valorização do capital, a falácia da qualidade total, tão difundida no ‘mundo empresarial moderno’, na empresa enxuta da era da reestruturação produtiva, torna-se evidente: quanto mais ‘qualidade total’ os produtos devem ter, menor deve ser seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a ‘qualidade total’ seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado” (ANTUNES, 2003, p. 27). Tendo em vista competir em condições de igualdade no mercado, as empresas investem cada vez mais na qualidade total. Nesse aspecto, podemos citar como exemplos os computadores e celulares que, apesar de apresentarem boas condições de uso, tornam-se obsoletos em um espaço de tempo cada vez mais curto. Enfim, se por um lado a qualidade total contribui para o aumento da produção de valores de troca, para a valorização e reprodução ampliada do capital, por outro provoca danos irreversíveis à natureza, acentuando desse modo a essência destrutiva da sociabilidade capitalista.

<sup>62</sup> A partir de 1955, na Toyota, cada trabalhador aciona em média cinco máquinas simultaneamente. “Enquanto quatro delas funcionam automaticamente, ele carrega, descarrega, prepara a quinta” (GOUNET, 1999, p. 27).

iniciativa aos trabalhadores está-se a explorar os seus conhecimentos técnicos e as suas capacidades de gestão. [...] Assim, ao mesmo tempo que faz aumentar a produtividade do trabalho através da exploração da sua componente intelectual, o toyotismo dificulta a diminuição da produtividade do trabalho na medida em que cria obstáculos à sabotagem, tornando uma vez mais indissociáveis estes dois aspectos (BERNARDO, 2004, p. 85)

Subjacente a esse aspecto, a flexibilização das relações de produção conduz a uma descentralização produtiva, ou seja, consoante ao aumento das áreas de atuação produtiva das montadoras, “reduz-se o âmbito de produção da montadora e estendendo-se às subcontratadas, às ‘terceiras’, a produção de elementos básicos” (ANTUNES, 1998, p. 27).

Outro ponto essencial do toyotismo é a implantação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs). Consiste na formação de grupos de seis a dez trabalhadores que se reúnem para examinar o desempenho de seu trabalho, visando uma melhoria na produtividade. Em sendo assim, o eixo principal dessa abordagem reside na idéia de que o trabalhador é responsável pelo bom funcionamento da empresa, sendo cooptado a dar o melhor de si para o bem de todos e da empresa. Em outros termos, o objetivo fundamental é o aumento da lucratividade através de maior exploração do trabalho, levando o trabalhador a cooperar com o acúmulo do capital e ainda a usar seu potencial de forma participativa e lucrativa.

É a partir desses determinantes históricos que se estrutura o toyotismo. Intensificação do processo de trabalho, flexibilização da produção e do trabalho e enfraquecimento da luta operária, traços fundamentais do toyotismo, trazem as condições ideais para enfrentar a crise do modelo de acumulação fordista.

Rapidamente o padrão toyotista se expande para o Ocidente, alterando a conformação da empresa, das relações de trabalho, da classe operária e das formas de controle do processo de produção.

Nesses termos, segundo as formulações de Bihl (1999), a saída capitalista para a crise de reprodução do capital gravita em torno do estabelecimento de novas formas de subsunção do trabalho ao capital. Ou seja, a partir das mudanças empreendidas na esfera organizacional, nas formas de gerenciamento da força de trabalho e nas formas de contratação,



entre as quais o *sistema just-in-time/kanban*; Círculos de Controle de Qualidade; descentralização produtiva; trabalho em equipe; flexibilização da força de trabalho, sindicalismo de envolvimento; trabalho domiciliar; trabalho por tarefas são exemplos. Ainda segundo esse autor: “É exatamente a isso que se dedica o capital desde o início da crise, desenvolvendo a ‘nova ordem produtiva’ de três formas” (1999, p. 87):

Primeira, a *fábrica difusa*. Ao contrário do fordismo, passa a ocorrer uma desconcentração produtiva<sup>63</sup>. As empresas tendem a transferir para terceiros as atividades não centrais. “A concentração piramidal é substituída pelo poder resultante da gestão fluida e flexível de uma rede” (BIHR, 1999, p. 83). Isso significa dizer que, na fase atual do capitalismo globalizado, graças à informatização, à microeletrônica e a adoção dos métodos toyotistas, o capital atinge o seu objetivo de acumulação mediante formas de produção e de trabalho flexibilizadas.

Na perspectiva de aumentar os rendimentos e reduzir os custos com os encargos sociais, as grandes empresas focalizam suas ações nas atividades-fim, transferindo para empresas menores a responsabilidade de atividades auxiliares por meio da terceirização, dando, portanto, lugar a diversas formas precárias de subsunção do trabalho ao capital.

A esse respeito Bernardo complementa:

A partir do momento em que a cooperação da força de trabalho para a produção de um dado bem, que antes exigia o contato direto entre os trabalhadores, passou a ser mediada pelos computadores os trabalhadores podem estar colocados em pontos opostos do globo e ainda assim cooperarem no mesmo processo de produção. Foi nesse contexto de dispersão da força de trabalho e de centralização do controle que as grandes companhias começaram a entregar uma parte crescente da sua atividade a fornecedores e subcontratantes (2004, p. 113).

---

<sup>63</sup> De acordo com Bihr, duas são as razões para esse acontecimento: “Passado um certo limiar, longe de garantir as economias de escala previstas, a concentração produtiva gera custos excedentes em termos de dilapidação (de espaço-tempo, de energia, de meios de trabalho, de mão-de-obra); massificando-o, isto é, concentrando-o e homogeneizando-o, as enormes unidades produtivas engendradas pela produção em massa fordista dotaram o proletariado industrial de uma capacidade objetiva e subjetiva de luta que lhe permitiu, durante alguns anos, bloquear ou pelo menos entravar seriamente o processo de sua exploração” (1999, p. 87).

Segunda, a *fábrica fluida*. Busca-se uma produção racionalizada, reduzindo-se os pontos de porosidade. Para tanto, a automação é introduzida no processo de trabalho. O que se pretende com isso não é apenas a redução de trabalho vivo contido nas mercadorias, mas também “otimizar a combinação, no espaço e no tempo, das matérias-primas, das energias, dos equipamentos, dos homens, da informação, etc., reduzindo ao mínimo os tempos mortos no encadeamento das operações produtivas” (BIHR, 1999, p. 88-9), com a finalidade de aumentar os ganhos de produtividade e a intensificação da exploração do trabalho.

E, por fim, tem-se a *fábrica flexível*. Num contexto de intensas transformações na base técnica do padrão de acumulação, flexibilidade é a palavra de ordem. Segundo Bihir (1999), a exigência da flexibilidade do processo de trabalho está diretamente relacionada à necessidade de se adaptar às alterações do mercado<sup>64</sup>.

A essa organização flexível do trabalho, um novo tipo de trabalhador é forjado, conforme destaca Teixeira:

Agora, precisam de um indivíduo capaz de contribuir para melhorar a qualidade do produto, um indivíduo que pense e tenha iniciativa própria, um indivíduo que seja capaz de mudar, com facilidade e precisão, de uma atividade para outra, um indivíduo que, na empresa, seja capaz de vender, de produzir, de consertar os defeitos da máquina, de limpar o chão, de dar e receber ordens. Em síntese, as empresas querem um trabalhador particular que incorpore as forças de trabalhador coletivo, antes divididas entre diversos trabalhadores singulares. Não querem mais um trabalhador coletivo combinado, mas um trabalhador que seja a síntese da combinação de diversas operações parciais (1995, p. 111).

Mas isso não é tudo. A flexibilização também pressupõe mudanças na conformação da classe operária. À medida que as relações de produção e de trabalho se complexificam, amplia-se a cisão no interior da classe trabalhadora. Tal conjuntura é expressa pela redução de operários típicos do período

---

<sup>64</sup> O mercado não se restringe a um espaço físico delimitado. Hoje, graças ao incremento tecnológico da informática e da microeletrônica, o mercado não tem fronteiras, é global e cada vez mais competitivo, diversificado e heterogêneo, no qual a eficiência produtiva e a qualidade são essenciais.

fordista, aqueles cuja relação de assalariamento se materializava em contratos formais de trabalho garantindo-lhes todos os direitos – sociais e trabalhistas – assegurados por lei.

Acrescenta-se a isso um aumento significativo do número de trabalhadores excluídos do regime formal de contratação. Trabalhador em tempo parcial, trabalhador temporário, são exemplos desse processo.

Assim, segundo Vasapollo:

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização<sup>65</sup> e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder seu próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social (2005, p. 27).

Portanto, a expansão dos métodos toyotistas de organização e gerenciamento da força de trabalho na sociedade contemporânea encontra na flexibilidade as condições ideais para elevar ao extremo a exploração do trabalho<sup>66</sup> vivo, submetendo os trabalhadores a uma situação de instabilidade, insegurança e incerteza. Situação esta verificada nas formas de trabalho atuais.

Para tanto, encontra apoio nas políticas macroeconômicas que permitem ao capitalista consumir a força de trabalho sem que para isso seja estabelecido um vínculo formal de contratação. Nesse sentido, são lançadas as bases para

---

<sup>65</sup> “A flexibilização pode ser entendida, por exemplo, como: liberdade por parte da empresa para despedir uma parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, para a empresa, quando a produção necessite de reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio; faculdade por parte da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para que ela possa participar de uma concorrência internacional; possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; possibilidade de os trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa”(VASAPOLLO, 2005, p. 27-28).

<sup>66</sup> A flexibilização munuiu o capital de mecanismos que permitem maximizar a exploração e também extrair mais-valia mediante relações informais que se verificam na pequena empresa, no trabalho autônomo, no trabalho domiciliar, nas cooperativas etc., com o que se amplia o domínio do trabalho abstrato (TAVARES, 2004, p. 78).

o (res)surgimento de modalidades de trabalho flexíveis que permitem que grande parte da produção da empresa seja realizada externamente<sup>67</sup>.

Sob tais condições, o capital defende o discurso que, por meio de uma atitude empreendedora, entre elas a formação de cooperativas, microempresas etc., o trabalhador se torna tão autônomo e independente quanto os grandes capitalistas. Em outras palavras, advoga que ao vender trabalho objetivado e não mais a força de trabalho, a relação de assalariamento estabelecida entre capital e trabalho é eliminada, tornando a todos patrões.

Nesse sentido,

[...] a nova forma de estruturação do trabalho abstrato se revela como um verdadeiro reino de liberdade, propriedade e igualdade. O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão que trabalha no seu próprio local de produção, sem ninguém para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono de seu próprio negócio. Sente-se proprietário. Igualmente livre, porque é ele quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor de 'trabalho objetivado', sente-se um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores (TEIXEIRA, 1998, p. 72).

Ora, se todos podem se tornar patrões, o assalariamento, que é a base do capitalismo, seria eliminado, assim como a relação antagônica entre capital e trabalho.

Portanto, aqueles que advogam a suposta autonomia por meio dos referidos empreendimentos, o fazem apenas baseando-se no aspecto fenomênico do real, pois, partindo do pressuposto que o assalariamento constitui a base fundante do sistema capitalista, só podemos afirmar que essas supostas autonomia e independência mascaram uma desigualdade ontológica

---

<sup>67</sup> Concordamos com TAVARES (2004: 198) ao afirmar "que a terceirização provoca a reemergência de velhas formas de trabalho precário, originárias de uma forma de exploração mais intensa, por se efetivar mediante relações informais que, ao contrário da autonomia aludida, constituem trabalho produtivo e improdutivo, portanto diretamente subordinados ao capital". Pois os métodos de exploração permanecem os mesmos, apenas se apresentam de formas diferentes e mais intensas devido ao estágio de desenvolvimento do capital ,que não mais precisa estabelecer um regime formal de assalariamento.

entre burguesia e operariado que apenas pode ser superada com a eliminação do capital.

## 5. CONCLUSÃO

Todo ser orgânico precisa estabelecer uma relação com a natureza para manter-se vivo. Isso significa que é da natureza que o ser vivo obtém os elementos necessários para garantir a sua produção e reprodução material, isto é, atender a suas necessidades de sobrevivência. Entretanto, o atendimento das necessidades de manutenção da vida ocorre de modo diferenciado. Enquanto os animais transformam a natureza de maneira passiva, biologicamente determinada, sem que para isso haja nenhuma alteração no seu modo de ser, os homens, ao contrário, transformam o meio ambiente de modo consciente, fato este que irá diferenciá-lo dos outros animais.

Tal transformação se dá através do trabalho. Esse é o elemento mediador entre o homem e a natureza, é a atividade através da qual o homem, conscientemente, conforma as formas naturais em valores de uso indispensáveis à perpetuação do gênero humano, por isso, segundo a acepção marxiana, o trabalho possui o estatuto ontológico de categoria fundante do ser social.

Mas, ao realizar o trabalho, o homem constantemente produz o novo, ou seja, as relações sociais tornam-se cada vez mais complexas. Com isso, o modo como os homens se organizam para produzir a base material da sociedade, ou melhor, “a eterna condição da existência humana”, também se complexifica, assumindo diversas formas ao longo do processo histórico. Dentre elas merece destaque a produção capitalista.

A sociabilidade capitalista é um modo de produção historicamente determinado que desde a sua origem, e por toda sua existência, tem seu fim último na produção e na acumulação de capital, na produção e na realização de mais-valia. Traz em sua essência a exploração por aqueles que detêm a posse privada dos meios de produção sobre aqueles cuja única mercadoria que possuem é sua força de trabalho.

De acordo com o que foi apresentado, depreendemos que o capitalismo, ao longo de seu desenvolvimento, sempre buscou instrumentos que lhe

permitissem um maior controle sobre a força de trabalho. Portanto, a cooperação simples (por meio da reunião dos trabalhadores em um mesmo local de trabalho); a manufatura (com o processo de fabricação de mercadorias estruturado na divisão do trabalho); a grande indústria (potencialização da força de trabalho através do uso das máquinas); o taylorismo/fordismo (racionalização do processo de trabalho com o parcelamento das tarefas e a introdução da linha de montagem); e, por fim, o toyotismo, com a emergência de formas de organização do processo produtivo e de gerenciamento da força de trabalho flexíveis, nada mais são do que expressões históricas do desenvolvimento do capital na busca incessante por extração de mais-valia.

Podemos afirmar que, malgrado os avanços tecnológicos e a supremacia do trabalho morto sobre o vivo, e mesmo com a redução da necessidade de trabalho vivo no espaço fabril, o assalariamento continua sendo a base que dá sustentação a essa forma de sociabilidade. O trabalhador ainda é obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, mesmo que isso ocorra de maneira transfigurada pela venda de trabalho objetivado (salário por peça). Mudam as formas de controle, de gerenciamento, de organização do trabalho, o Estado, a empresa e o mercado, porém o conteúdo permanece o mesmo.

Nesse sentido, é importante frisar que, apesar da forma assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista, o trabalho – categoria ontológico-fundante do mundo dos homens – não deixará de existir, pois, como demonstramos à luz da teoria marxiana, o homem jamais poderá prescindir de sua relação orgânica com a natureza.

Portanto, por mais que quase todas as atividades humanas sejam reduzidas a trabalho abstrato, não significa dizer que o trabalho enquanto objetivação ontológica primária do ser social seja idêntico ao trabalho abstrato. Pois a base material da sociedade jamais, segundo a concepção marxiana, poderá ser produzida em outra esfera que não seja a da produção. O fato de haver, na sociabilidade contemporânea, uma ampliação das atividades que servem ao enriquecimento do capitalista, sem que para isso seja necessária a produção de capital, não elimina o trabalho (relação homem/natureza) como fundamento ontológico do mundo dos homens.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. “Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e a perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa”. In: TEIXEIRA, F. J. S. e OLIVEIRA, M. A. (orgs) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez, 1998.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. – 5. ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. – 6. ed. – São Paulo: Boitempo, 2003.

BARAN & SWEEZY. **Capitalismo monopolista:** ensaio sobre a ordem econômica e social americana. – 3. ed. – Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária:** teoria e prática da empresa. São Paulo: Cortez, 2004.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 1999.

DRUCK, M. da G. **Terceirização:** (des)fordizando a fábrica. Bahia, Edufba; São Paulo, Boitempo, 1999.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.



ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: **MARX, K.; ENGELS, F.** Karl Marx e Friedrich Engels. Alfa-Omega, s/d. p. 269–280. (Obras escolhidas; v. 2).

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 17.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo:** na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, A. Obras escolhidas. **Americanismo e fordismo.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: LTC, 1986.

LEAKEY, R. **A origem da espécie humana.** São Paulo: Record, 1999.

LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 52, p. 7–23, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3.ed. revista e ampl. Ijuí: Unijuí, 2007.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 4, p. 1 – 18, 1978.

\_\_\_\_\_. Il Lavoro. In: **Per una Ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981, p. 11-131. (Tradução Mimeogr. de Ivo Tonet, 71 p.).

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**; prólogo de José Paulo Netto. – São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **Capítulo VI (Inédito) de O capital**. – São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas; v. 1, tomo 1).

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas; v. 1, tomo 2).

MÉSZÁROS, I. “A crise estrutural do capital” In: **Outubro** n. 4. São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, 2000.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

SWEEZY, P. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. – 7. ed. - São Paulo: Atlas, 1985.

TEIXEIRA, F. J. S. “O neoliberalismo em debate”. In: TEIXEIRA, F. J. S. e OLIVEIRA, M. A. (orgs) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Marx e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Universidade e Sociedade**, n. 8, 1995.

TONET, I. **Sobre o socialismo**. Curitiba: HD, 2002.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.